

A GRANDE MENTIRA

Sandovaldo Moura
Isaque de Moura



A Grande Mentira

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Eduardo Fortunato Bim

Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas

João Pessoa Riograndense Moreira Júnior

Coordenação-Geral de Gestão da Biodiversidade, Florestas e Recuperação Ambiental

Rodrigo Dutra da Silva

Coordenação de Gestão, Destinação e Manejo da Biodiversidade

Raquel Monti Sabaini

Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais

Pedro Alberto Bignelli

Coordenação de Gestão da Informação Ambiental

Rosana de Souza Ribeiro

Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental

Jakeline Borges de Souza

Superintendência do Ibama no Estado do Piauí

San Martin Coqueiro Linhares

Divisão Técnico-Ambiental

Romulo Soares Pedrosa Neto

Centro de Triagem de Animais Silvestres

Francisco Damião de Araújo

Núcleo de Educação Ambiental

Fabiano Barbosa Pessoa

Autores

Sandovaldo Moura

Isaque de Moura

Colaboração

*José Lacerda da Luz, Saturnino José de Moura Neto, Maria Izolda Monte,
Dezideria Maria Barbosa Nery e Manoel Alessandro Machado de Araújo*

A GRANDE MENTIRA

Sandovaldo Moura
Isaque de Moura



PRODUÇÃO EDITORIAL

Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais

Pedro Alberto Bignelli

Coordenação de Gestão da Informação Ambiental

Rosana de Souza Ribeiro

Ilustrações

Sandovaldo Moura

Gabriel Moura

Revisores

Maria José Teixeira

Carolina Machado

Diagramação

Carlos José

Ficha Catalográfica

Ana Lúcia Campos Alves

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis

SCEN, Trecho 2, Edifício-Sede do Ibama

Cx. Postal 09566

CEP 70818-900, Brasília, DF

Telefone: (61) 3316-1212

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

-
- I59g Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
A grande mentira [recurso eletrônico] / Sandovaldo Moura, Isaque de
Moura. Brasília, DF: IBAMA, 2020.
54 p. : il. ; color.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-5799-014-8 (on-line)
1. Literatura infantojuvenil. 2. Contos. 3. Fauna silvestre. 4. Educação
ambiental. I. Moura, Isaque de. II. Título.

CDU (2.ed.) 37:504

Apresentação

Este livro nasceu de um encontro inusitado entre um médico veterinário e um escritor. As circunstâncias desse encontro, aliás, até hoje me parecem tão absurdas quanto improváveis. Mas foi a partir delas que a coisa toda se tornou possível, por assim dizer. Custou-me acreditar que valeria a pena enfileirar alguns desses detalhes aqui. Convenceram-me do contrário. Seja como for, eis aí toda a história.

Em 2016, um dos meus contos (cujo título faço questão de omitir, pelo caráter declaradamente anedótico) havia sido subtraído da minha mesa de trabalho, na sala da Fiscalização Ambiental do Ibama/PI. O sumiço se deu em condições tão obscuras que sigo ainda incapaz de compreendê-las. A bem dizer, eu mesmo não dava muito por aquele rascunho: uma narrativa desordeira, com excessos de advérbios e deslizos de toda espécie. Mas nenhum desses detalhes, como se vê, pareceu capaz de dissuadir a alma penada responsável pelo sequestro das duas folhinhas de papel sulfite. E o que era para ser o simples exercício criativo de um escritor malogrado tornou-se, entre bicos, bocas e bocejos, motivo de interjeições e rumores nos corredores da Superintendência.

É claro que quando os papéis sumiram eu não liguei a mínima. Penso até que nem dei pela falta. Àquela altura estava numa boa, foragido em férias. Em vista disso, me mantive apartado dos últimos acontecimentos. Foi só ao retornar que me inteirei da novidade. E dei de cara com um verdadeiro júri popular de autoria e materialidade, instruído pelos coleguinhas. Em outras palavras: queriam descobrir o autor daquela peça, tão íntima, visceral e sincera, para usar termos institucionalmente publicáveis.

Eu, recém-chegado no Ibama/PI, ainda conservava fama de bom moço (não compreendo muito bem as razões pelas quais essa publicidade tão rapidamente se dissolveu, embora as suspeitas existam e se revelem, cada uma à sua própria maneira, pretextos mais do que suficientes para fechar de imediato este parêntese). Enfim, como eu dizia, meu nome estava acima de qualquer suspeita. Um relato promíscuo como aquele, convertido em literatura apócrifa, não podia ser obra de um rapaz sério, meio deprimido, em pleno estágio probatório:

– Isso aí só pode ser coisa do Sandovaldo... – diziam as más línguas.

Meu bom amigo carregava a culpa, dada e passada em salas e banheiros. Embora sustentasse a negativa, insistiam em acusá-lo como autor do texto. Para todos, afinal, estava na cara: sua tendência despojada de prosador em muito se assemelhava ao protagonista da trama, atacado por desajustes intestinais em circunstâncias imprevistas e bastantes inoportunas. Na opinião da maioria, portanto, não havia dúvida: Sandovaldo era o escritor anônimo.

A história andava para cima e para baixo. Percorria escritórios e divisões, rolando de mão em mão e acumulando marcas de dedos e dobraduras. Nossos colegas liam-na transtornados, mal sabendo que, além daquela, havia pelo menos outras vinte em fase de negociação com uma pequena editora. (Por muito pouco, imagino, nessa época não foi declarado estado de comoção interna, embora as autoridades informais da mesa do cafezinho tivessem todo o direito de assim o proclamar).

O caso ainda durou alguns dias. Ao perceber que a coisa não podia mais piorar, reivindiquei minha autoria. Mas nada me surpreendeu tanto quanto a reação do acusado. Em vez de queixas e repreensões, Sandovaldo estava convencido de que poderíamos reunir nossas habilidades na produção de um novo material. A ideia era escrever um livro de contos com os principais tópicos relacionados à fauna silvestre. Sim, ele conseguia enxergar naquela obra deslavada (e a um só tempo controversa) o potencial para construir narrativas ambientais, capazes de criar conexões emocionais e instruir professores, educadores e leitores em geral.

A princípio tencionei rejeitar a proposta, naturalmente. Os temas a respeito dos quais eu escrevo nem de longe tem a ver com meio ambiente e conservação ambiental. Mas outro aspecto me fez acreditar na viabilidade do projeto: o talento de Sandovaldo em contar boas histórias. Suas palestras não são formigueiros inacessíveis de gráficos estatísticos ou monólogos envaidecidos. Elas revelam personagens excêntricos, situações insólitas, experiências profundas de um médico veterinário que há anos se dedica a educar pessoas sobre temas relevantes à proteção da natureza, em especial da fauna silvestre.

Nunca imaginei que pudesse fazer do ofício de escritor uma extensão do meu próprio trabalho no serviço público. Meu amigo me mostrou que isso não apenas era possível, como convenceu todo mundo a apostar na ideia. Neste livro, escrito em coautoria, apresentamos a jornada do personagem Tucanense, seus principais conflitos e seu processo de amadurecimento pessoal na luta contra a Grande Mentira (ideia enganosa de se capturar e aprisionar animais silvestres “por amor”). Aqui o leitor poderá se aventurar nas descobertas do protagonista e na transformação experimentada pelo personagem.

O livro *A grande mentira* é parte do ciclo de atividades do Projeto Liberdade & Saúde, desenvolvido por servidores da Superintendência do Ibama/PI. É também resultado de uma combinação entre ciência, arte, meio ambiente e literatura. E de tudo o que mais couber.

Isaque de Moura

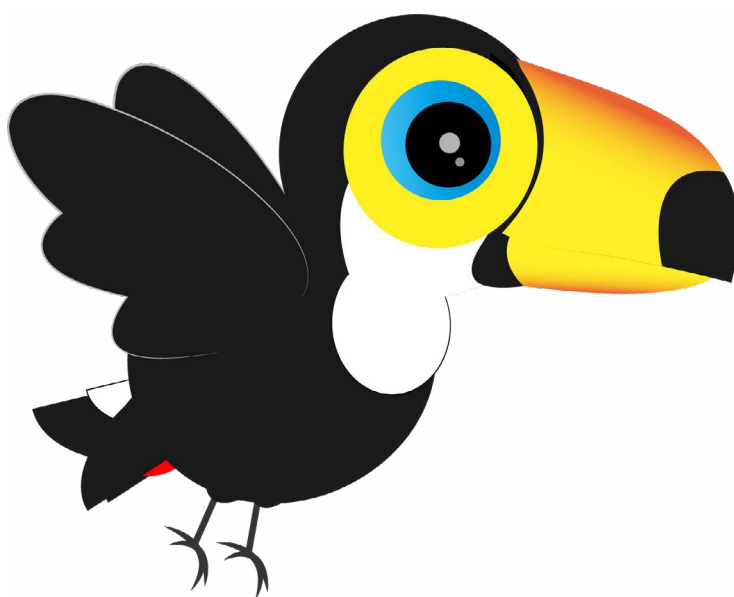
Escritor e servidor do Ibama/PI

SANDOVALDO MOURA é médico veterinário, educador ambiental e ilustrador. Nasceu na localidade de Tucano, município de Picos (PI), no ano de 1974. Doutor e Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), atualmente é servidor aposentado do Ibama/PI, participando como colaborador nas atividades do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama/PI.

ISAQUE DE MOURA é escritor. Nasceu na cidade de Teresina (PI), em 1992. Formado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), estreou na literatura com o livro de contos *No meio do tiroteio* (Ed. Kazuá, 2017). Além de ficcionista, trabalha como servidor público no Núcleo de Fiscalização do Ibama/PI.

Sumário

1. O tucanense que não conhecia tucanos	9
2. O guabes	12
3. Questão cultural	15
4. Ironias do destino	18
5. A travessia do tucanense.....	21
6. Os alienígenas.....	24
7. Família Valdo	27
8. O tocador de berimbau.....	30
9. O que é, o que é?	36
10. A apreensão dos belgas.....	38
11. Os padres, os pastores e os plantadores de florestas	41
12. Dieta chique.....	44
13. Artigo 29	47
14. A vaca caçadora.....	50
15. Valente <i>pacas!</i>	53
16. Comprimidos de bode	57
17. Bicho danado.....	60
18. Maus-tratos	63
19. O filho amado	67
20. O papagaio da novela.....	71



**O tucanense que não
conhecia tucanos**

Sempre inicio minhas palestras sobre tráfico de animais silvestres com a ilustração anterior. O motivo é simples – e um tanto sentimental: nasci em um povoado chamado Tucano, nos confins do semiárido piauiense. A escolha da imagem, portanto, não podia ser mais feliz. Trata-se de uma espécie de homenagem aos meus conterrâneos, uma lembrancinha simbólica em consideração aos que foram obrigados a me suportar durante tanto tempo.

Isso também me torna um legítimo tucanense. À primeira vista, as pessoas logo pensam: “Aqui está um profundo conhecedor de tucanos. Um *tucanólogo*!”. Bem, soa um pouco constrangedor confessar isso, mas nada pode estar mais longe da verdade.

Para espanto geral, sou obrigado a abrir o jogo: a primeira vez que dei de cara com um tucano – em carne, osso e penas – foi no meu emprego. Na época, eu trabalhava como médico veterinário em um órgão de proteção ambiental. Atuava no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), acolhendo espécimes da fauna selvagem que viviam em cativeiros domésticos. Desde então, não pude esquecer a cena: o tucano me chegou em estado deplorável, faminto e muito debilitado, dentro de uma caixinha. Mal se segurava de pé. Mesmo em condições tão precárias, era incrível como o animal parecia se destacar entre os demais, no viveiro. O tucano tinha um bico enorme, imponente. Ainda guardo na memória suas cores fortes e vibrantes – as penas pretas, as lindas pálpebras azuis... Sem dúvida, era um dos bichos mais bonitos que eu me lembrava ter visto.

Porém, outras incertezas pairavam na minha cabeça: “Espera aí... como pode um tucanense como eu ter crescido sem nunca ter visto um tucano? Por que não há tucanos em Tucano?”. Uma questão filosófica, que levei comigo semanas a fio.

Na primeira oportunidade em que pude retornar à minha terra natal, corri atrás da parentada, a fim de desvendar o mistério. Quer dizer, talvez eles pudessem me ajudar a entender melhor os fatos. Não adiei mais o caso: abri o inquérito e fui atrás das testemunhas. Quem logo resolveu o dilema foi minha avó, Dona Angélica:

– Ei, vovó, me explique um negócio... – anunciei desconfiado – quem foi o idiota que resolveu colocar o nome de *Tucano* num lugar que não tem um tucano sequer?

– Teu vô – ela respondeu, na lata.

– Ah! Sim... aquele vovô tinha cada ideia! – sorri desconcertado, tentando amenizar o estrago.

Vovó se acomodou na cadeira de balanço, dedilhando os polegares dos pés no cabresto da chinel. Notei que sua expressão havia se tornado esmorecida.

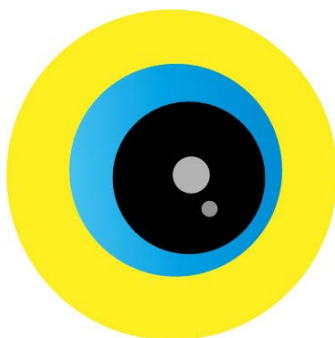
– Olhe, vou lhe dizer uma coisa, meu filho, nosso povoado já foi terra de muitos tucanos. Os primeiros a colocarem os pés aqui ficaram maravilhados com a beleza da ave e resolveram batizar nosso povoado assim. Teu avô foi um desses desbravadores.

Para meu total pasmo, descobri que bandos e bandos de majestosos tucanos já haviam habitado aquelas florestas. Mas onde estavam todos os bichos? O que tinha acontecido com eles? Para onde teriam ido? E o pior: como podia um tucanense ter crescido sem jamais conhecer um tucano? Eram muitas as inquietações.

– Calma, meu filho – àquela altura, até vovó tinha entrado em parafuso.

Depois de muita conversa, enfim, tomei consciência do que de fato havia acontecido. Nossos antepassados começaram a capturar, vender e até matar os tucanos. Havia ainda os que aprisionavam os bichinhos e diziam que faziam aquilo por amor. Quanta incoerência! Na realidade, a cultura da gaiola era tão forte que não sobrou um só espécime em liberdade entre nós. Assim, no dia em que o último prisioneiro engaiolado morreu, Tucano, nosso lugar, ficou sem sua ave-símbolo. Quando nasci, já não restava nenhum tucano para contar a história. O próprio nome do nosso povoado havia perdido seu sentido fundamental, sua razão de ser. Nossa identidade estava comprometida de uma vez por todas.

Hoje, tudo o que sei é que, por egoísmo e falta de informação dos meus ancestrais, os bichos foram extintos na região. O céu de Tucano ficou com menos cor. E eu acabei me tornando esta grande ironia: o tucanense que não conhecia tucanos.





O guabes

Alguém aí sabe o que é “guabes” e o que é “fundo”? Lá em Tucano, todo mundo sabe. São termos do *pianês* (nossa língua materna) bem conhecidos pelos tucanenses. Mas para defini-los melhor é preciso voltar ao passado e contar uma história da qual, aliás, não me orgulho nem um pouco.

Lembro como se fosse ontem o dia em que meu pai foi até a capital com a promessa de que me traria uma *baladeira* (ou estilingue, como é mais conhecido em outras regiões brasileiras). Na verdade, meu entusiasmo não era para menos: papai não me traria uma baladeira qualquer, e sim uma poderosa baladeira de ligas vermelhas.

Rezava a lenda que as tais ligas vermelhas eram extraídas de câmaras de ar de aviões das Forças Aéreas da Rússia, última tecnologia em matéria de guerrilha. Logo, ter uma baladeira de ligas vermelhas me traria um *status* diferenciado em meio à turma. Digamos que era como ter em mãos um superfuzil de assalto, ao passo que aos outros pirralhos restariam medíocres baladeiras de ligas amarelas – equivalentes a espingardas de cano torto. E o que dizer das baladeiras de ligas pretas? Miseráveis elásticos mortos, feitas com câmaras de pneus de bicicleta. Seu único alcance era um disparo no dedão do próprio atirador. Uma desgraça.

Agora eu, aquele garotinho de sete anos de idade, estava munido de um brinquedo aparentemente inofensivo, mas que em pouco tempo se tornaria um sério problema para os pobres animais de Tucano. Sabiás, rolinhas, galos-de-campina, lagartixas – todos eles foram abatidos aos montes e sem nenhuma misericórdia pela minha artilharia. Sim, eu mal tinha saído das fraldas e já era um verdadeiro *serial killer* da fauna local. Um detonador de papa-capins.

Curiosamente, para cada homicídio que eu cometia, fazia questão de desenhar um risquinho no cabo da baladeira, como expressão de minha autoria diante dos assassinatos. Naquela época, era comum que os garotos andassem com as baladeiras penduradas no pescoço, e, quanto mais riscos os cabos de suas pequenas armas possuísem, mais envaidecidos desfilavam seus proprietários. Aquele horror de tracinhas indicava que estávamos diante de um *sniper* tupiniquim de rolinhas.

Os meninos bons de pontaria passavam a ser admirados por toda a comunidade. Eram os chamados “guabes”. Isso mesmo. Em matéria de baladeira, guabes é o indivíduo “olho de águia”, certo no tiro, capaz de matar muitos animais. Já os zarolhos, péssimos de mira, recebiam o apelido de “fundo” – só conseguiam acertar os próprios dedos (e depois choravam à procura das mães, machucados).

Mas não ficava por aí. Para se tornar um guabes, ser bom de pontaria não bastava. Os mais velhos ensinavam que era preciso ser submetido a um ritual, que consistia em três etapas: matar um inculcado beija-flor, dissecá-lo e engolir seu coração. Uma cerimônia cruel. Hoje me pergunto assustado: como podia uma comunidade replicar aquele tipo de comportamento entre seus próprios filhos?

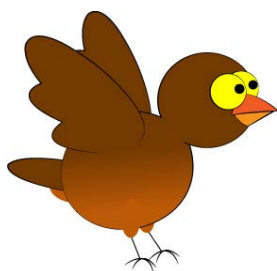
Depois de muito esforço e insistência, eu me tornei um guabes. Mas qual o sentido daquilo? Na real, eu queria nunca ter feito mal àqueles animais. Às vezes me pego pensando: Quantos filhotes não ficaram sem as mães, sem os pais ou até mesmo sem nascer, por conta daquelas brincadeiras terríveis? Quantos animais feridos pelas minhas mãos não fugiram ou agonizaram até a morte dentro das matas? Quantas flores não deixaram de ser polinizadas? Quantas sementes não puderam ser dispersadas? Quantas árvores não tiveram a chance de germinar graças às orgulhosas marcas no cabo da minha baladeira?

A essa altura da vida compreendo: não nasci para matar animais. Tanto que me tornei médico veterinário, com o propósito de cuidar deles. Apesar disso, não posso fugir do meu passado. Quando criança, fui incapaz de resistir à cultura do caçador e da gaiola. Dizimei centenas de bichinhos, preciso admitir. Tirei-lhes o direito à vida e à liberdade, tudo em função de um hábito entranhado na minha cabeça. Em Tucano, todos caçavam, capturavam e aprisionavam animais silvestres como se fosse a coisa mais natural do mundo. Eles diziam que era uma questão cultural, o tipo de herança que passa de pai para filho. Um grande engano.

A Grande Mentira

A escola, a família, os amigos, alguém precisava ter me mostrado a importância daqueles animais e a dor que sentiam. Mas ninguém discutia isso comigo. Todos eles estavam imersos na cultura do “quem ama, prende”; do “quem gosta da carne, caça”. Assim, mesmo nascendo para ser um protetor dos animais, eu acreditei nessa mentira até os meus quinze anos.

Já adulto, me dei conta de que procurar por culpados ou me autoincriminar pelo meu passado não resolve muita coisa. Ao contrário, tenho o dever de conscientizar as pessoas para que não cometam os mesmos erros que eu cometi. Quem sabe assim elas também possam se tornar guabes – não no fuzilamento de bichinhos inocentes, mas na conservação ambiental e no respeito aos animais. Um tiro certo na ignorância.





Questão cultural

Trabalho tempo o bastante na área ambiental para não me assustar com qualquer coisa. De certa maneira, quando se vive a rotina dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), alguns fatos tornam-se comuns, entre uma ou outra surpresa ocasional. Mas o que leva um sujeito do alto escalão da segurança pública, por exemplo, me aparecer no Ibama com um papagaio no dedo, a fim de “registrar” seu “bichinho de estimação”? Todo mundo sabe que um *maluco beleza* jamais iria até uma Delegacia de Polícia pedir um documento de registro para sua plantinha. Já imaginaram a cena?

– E aí, Doutor Polícia, tá suave? É isso aí, cabeça de gelo. Fiz a base ali na maloca e agora trouxe aqui meu bagulho pra firmar. Eu agora só quero viajar na legalidade, falou?

Certamente não. Então por que o primeiro caso acontece até hoje?

A resposta é simples: muitas pessoas ainda acreditam que adquirir animais silvestres oriundos de florestas e mantê-los em cativeiro não é crime. A maioria, por pleno desconhecimento da legislação ambiental. Outras supõem que as penalidades se restringem à figura do traficante, quando, na realidade, a lei que rege a matéria não faz distinção entre vendedor e comprador – ambos praticam crime contra a fauna, de acordo com o art. 29 da Lei nº 9.605/1998.

Para variar, essas mesmas pessoas que prendem os animais e alegam amá-los, julgam com naturalidade esse tipo de comportamento. Trata-se, segundo eles, de uma “questão cultural”, passada de geração em geração. Lamentavelmente, em função dessa cultura, araras, papagaios, canários, macacos, entre outras espécies, são condenados à prisão perpétua, sem nenhuma chance de viverem livres.

O hábito de aprisionar animais silvestres “em nome do amor” começou há mais de quinhentos anos, quando os portugueses chegaram ao Brasil e se depararam com uma fauna magnífica, até então por eles desconhecida. Como naquela época não era possível enviar um e-mail com fotos dos animais encontrados, Cabral achou que seria interessante entupir as caravelas com exemplares dos nossos bichinhos, presenteando as grandes autoridades da aristocracia portuguesa com belas araras, papagaios, macacos e outros.

É interessante notar que nesse mesmo período as tribos indígenas já conviviam com animais silvestres, os *xerimbabos* (“coisa muito querida”, em Tupi-Guarani). Os índios amansavam os bichos para tê-los em sua companhia, mantendo-os nas florestas e alimentando-os com dietas naturais. Na Europa, em contrapartida, os animais retirados de seu habitat sofriam inúmeros maus-tratos, começando pelo transporte nos navios. Além de viverem acorrentados, os sobreviventes passavam a receber alimentação inadequada, incompatível com o padrão nutricional nativo.

Os portugueses que aqui se estabeleceram também criavam esses animais em cativeiro e transmitiam o hábito cruel a seus descendentes. A partir daí, nasceu a maior mentira de nossa história com animais silvestres: “Quem ama, prende!”. Essa mentira sobrevive há mais de cinco séculos e continua sendo replicada por pessoas que amamos e em quem confiamos – nossos pais, tios, avós e amigos.

Desde 1967, o Código de Fauna estabelece que é crime aprisionar ou caçar animais silvestres. No entanto, os lares brasileiros continuam cheios de bichos procedentes do tráfico. A mentira do “quem ama, prende” foi mais forte do que a difusão do nosso instrumento legal de proteção à fauna. Assim, ao longo dos anos, instituições como a igreja, a família e a escola foram incapazes de lutar contra essa fábula secular.

Ninguém vai a um Distrito Policial com uma droga ilícita porque existe um sólido aparato institucional de prevenção e repressão ao uso de entorpecentes. As escolas, as igrejas, a família, os amigos e a mídia ensinam desde cedo as consequências legais e os malefícios associados ao consumo de tóxicos, incluindo os impactos sociais e comportamentais advindos da dependência. Com isso, constrói-se uma forte cultura de rejeição à droga, reduzindo o grau de vulnerabilidade de crianças e adolescentes aos riscos da toxicomania.

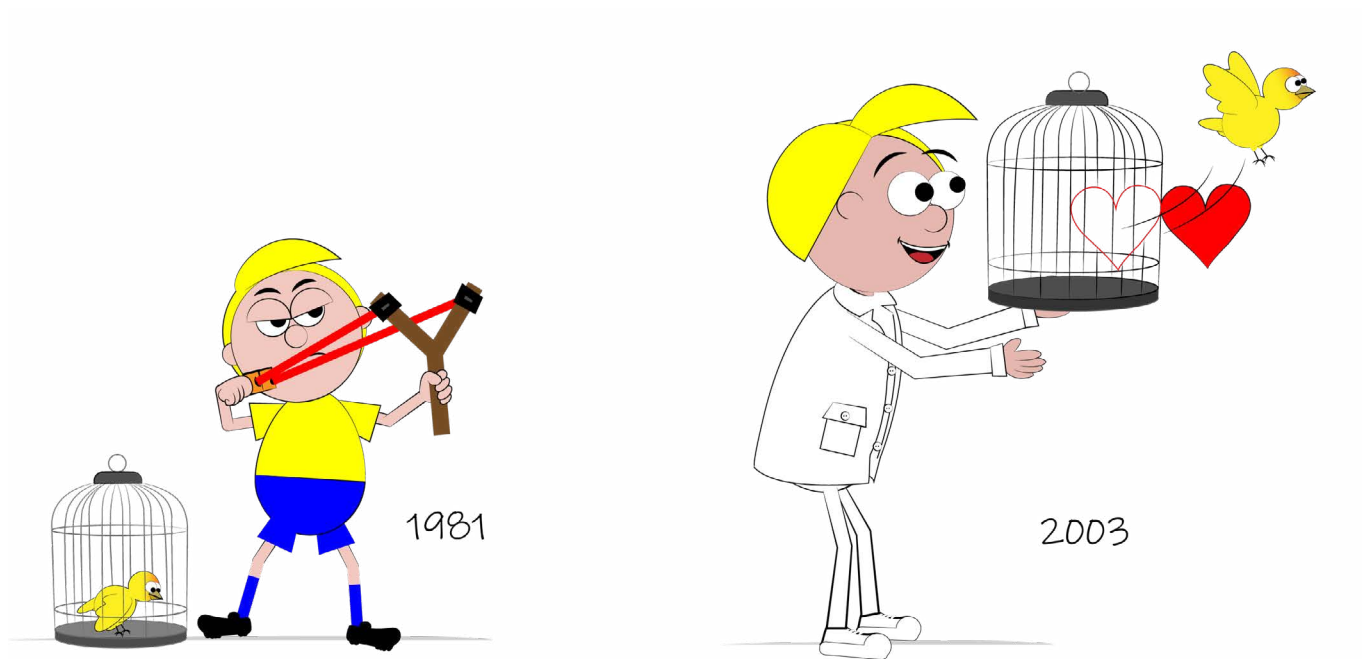
Por outro lado, esse engajamento social ainda não compreende o combate ao tráfico de animais silvestres. O personagem ilustrado no início desta história – o senhorzinho que levava o papagaio no dedo – ainda não havia aprendido que capturar animais silvestres nascidos nas florestas é crime. Ele foi mais uma vítima da Grande Mentira. Ao pedir um documento para “registrar” seu papagaio, o cidadão tomou consciência de que lhe restavam duas alternativas: ou fazia uma entrega voluntária (sem nenhuma sanção), ou sofreria punição por manter animal silvestre em cativeiro (nesse caso, um processo administrativo acrescido de uma multa de cinco mil reais).

Terminada a explicação, o fiscal do Ibama voltou a questionar à ilustre figura:

- O que o senhor veio fazer aqui mesmo?
- Uma entrega voluntária! – o amante dos papagaios não pensou duas vezes.

A mentira de mais de quinhentos anos precisa acabar. E para isso é necessário que sejam traçadas políticas eficazes de educação ambiental e repressão ao tráfico de animais silvestres, integrando não apenas as instituições de ensino, mas a sociedade em geral. Acho que não custa nada lembrar: o único “documento” de que um animal silvestre nascido nas florestas precisa chama-se liberdade.





Ironias do destino

Eu costumo dizer que o destino brincou com a minha cara. Nasci tucanense, neto de um ambientalista, ou seja, tinha tudo para me tornar um protetor da natureza. Infelizmente, meu avô morreu bem antes do meu nascimento, de maneira que não pude seguir seu exemplo. Em contraste, a cultura do “quem ama, prende” acabou invadindo a minha casa, em Tucano, e me transformando em caçador.

Aos sete anos de idade eu já era um guabes (atirador de elite no estilingue) e também “cuidava” dos passarinhos que meu pai prendia em gaiolas, no quintal de casa. Ele mantinha vários bichinhos condenados à pena perpétua. Cabia a mim fornecer água e comida aos prisioneiros, além de vigiar e reprimir as tentativas de fuga. Fui uma espécie de agente penitenciário na pequena prisão de passarinhos do meu pai. O lado tragicômico: o velho era conhecido na região como um dos caras que mais gostava de aves silvestres e sempre dizia que eu seria o herdeiro de seu legado. Em outros termos, todos aqueles tristes prisioneiros um dia seriam meus.

Para piorar, aos doze anos eu ganhei uma espingarda, tendo recebido junto com ela uma única recomendação: “cuidado para não cair para trás, pois o coice é forte depois do disparo!”. Parece até brincadeira. Também confeccionava e utilizava minhas próprias arapucas, alçapões e gaiolas. Eu era o terror da fauna tucanense: capturava, aprisionava e vendia os animais para uns sujeitos estranhos que levavam tudo para a cidade grande. Eu achava que aqueles homens eram amantes de bichos, mas depois vim a saber que não passavam de traficantes de animais silvestres. Aos poucos, a vida me apresentava às faces cruéis da Grande Mentira.

Foi mais ou menos nesse período que eu e minha família começamos a viajar o estado do Piauí, em busca de uma vida melhor. Morei em várias cidades: Santa Cruz do Piauí, Oeiras, Floriano e Teresina. Em cada um desses lugares tive acesso a outras culturas, a outras formas de enxergar o mundo. Acabei tomando gosto pela leitura. Os livros me ensinaram coisas maravilhosas, e sou grato por tudo o que aprendi com eles. Mas, mesmo ali, entre as páginas, alguns detalhes me pareciam confusos: volta e meia, era possível encontrar animais “humanizados”, que falavam nossa língua, usavam roupas e viviam como pessoas. Nada os diferenciava de nós.

Foi lendo e, principalmente, convivendo com diferentes mentalidades que me dei conta da grandeza dos ecossistemas e da necessidade de preservar o meio ambiente. O destino, que antes havia me puxado para o lado sinistro da força – o tráfico de animais –, agora me conduzia para outra direção: um caminho no qual o respeito à vida e à liberdade eram princípios fundamentais. As artimanhas da Grande Mentira caíam por terra. Ciente dessa transformação, passei a agir de acordo. Joguei fora as espingardas, armadilhas e gaiolas. E fui além: decidi que dedicaria minha vida a proteger e cuidar dos animais.

Nesse meio-tempo, estudei bastante e me tornei médico veterinário. Alguns meses depois de formado, fui aprovado no concurso do Ibama, principal órgão de proteção ambiental e de combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil. Incrível, não é mesmo?

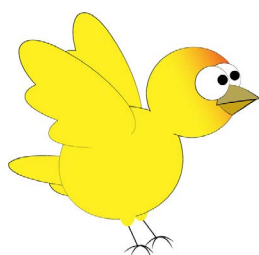
Trabalhando como médico veterinário no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), comecei a receber caixas, mochilas, malas e gaiolas abarrotadas de animais – boa parte deles famintos, debilitados, feridos e muitos outros sem vida. Ali fui apresentado aos fatos e às consequências do tráfico. Fiquei chocado e cheio de remorso, porque via naqueles animais o meu passado, as memórias de Tucano. Durante muito tempo eu também havia alimentado e contribuído para aquelas práticas cruéis.

Agora, conhecendo as faces da nossa relação com a fauna silvestre, tomei consciência de que tais atrocidades só persistiam porque havia compradores, discípulos da Grande Mentira. Ninguém iria capturar, maltratar, sufocar ou mutilar animais se não houvesse um comprador, um “amante” no final da cadeia.

Minhas experiências de vida haviam me transformado e me conduzido para a luta contra o tráfico de animais silvestres. Por ter vivido intensamente aquela realidade em Tucano, eu compreendia as razões pelas quais as pessoas caçavam, capturavam e engaiolavam os bichos. Também conhecia em detalhes a dinâmica do mercado fornecedor e consumidor do tráfico. No Ibama, tudo isso se tornou mais claro – passei a ter acesso às taxas de mortalidade e de mutilações, bem como a dados sobre extinção das espécies. Informações técnicas que auxiliavam a minha compreensão sobre o problema.

Foi aí que declarei guerra total à Grande Mentira. A trágica história do tucanense-carcereiro que se tornou médico veterinário deveria alcançar o maior número de pessoas, justamente para que casos assim não se repetissem. Eu me tomei como exemplo e abri a caixa-preta do meu passado. As crueldades do tráfico precisavam ser expostas para o maior número possível de pessoas. Além de multas e detenções – instrumentos dissuasivos –, usáramos contra o tráfico de animais silvestres a melhor arma: a educação. Precisávamos construir estratégias capazes de desmontar a Grande Mentira. Minha história seria apenas o ponto de partida para essa discussão.

Não há um fiscal do Ibama para cada guabes, é verdade, mas toda criança tem um ou vários professores ao longo de sua formação, nossos super-heróis da educação. Por essa razão, eles se tornaram os principais alvos das nossas ações. Precisávamos torná-los multiplicadores. Mas, mesmo entre eles, havia um sério problema: muitos professores também tinham sido criados sob o domínio da Grande Mentira. Nesse caso, o que fazer? Com quem contar? Meus ancestrais ambientalistas estavam mortos. Sozinho seria impossível. Eu precisaria de mais pessoas dispostas a cuidar do meio ambiente e protegê-lo. Mas onde eles estariam? E o que o destino me reservaria? No fundo, eu podia imaginar: minha saga estava só começando.





A travessia do tucanense

Um ano após ter sido classificado no concurso do Ibama, fiquei sabendo por fontes duvidosas que seria, enfim, convocado. Naquela época o acesso à internet não era tão simples. Computador, nem se fala: artigo de luxo. Também não havia a conhecida “conexão à rede móvel”. Os celulares, em geral, só serviam para chamadas telefônicas, e olhe lá (hoje poderiam perfeitamente ser confundidos com armas brancas, porque pesavam o equivalente a um tijolo).

O que estou tentando dizer é que muitas vezes era necessário um esforço absurdo para conseguir navegar na web. Eram tempos assombrosos, de verdade. Fazer download de um pequeno arquivo – um vídeo, por exemplo – exigia uma paciência fora do comum, além do sacrifício de algumas horas de vida. Pode parecer loucura, eu sei, mas nem faz tanto tempo assim.

Depois de um milhão de tentativas de acesso à internet e algumas ligações perdidas para Brasília (fatura telefônica nas alturas), descobri que a notícia era real: eu efetivamente seria convocado. A portaria de nomeação do concurso já estava engatilhada, e por essas e outras eu não conseguia me conter de felicidade. Também não era para menos: vivia na pindaíba. Até então, minha única fonte de renda era uma bolsa minguada da universidade, que mal pagava a comida do bandeirão. O salário do Ibama me parecia um sonho – eu poderia escapar da miséria e viver numa boa. Não teria do que reclamar.

Dias mais tarde, foi publicada a lista de nomeação e o destino de lotação dos felizardos. Para minha surpresa, fui convocado para Rio Branco, no Acre. Pois é. A imagem que eu formulava do Acre não era lá a mais promissora, mas o simples fato de ser no Brasil me tranquilizava um pouco. Na prática, porém, estava preocupado à beça com as mudanças que me aguardavam.

Nomeação publicada, liguei para a rodoviária, a fim de pesquisar os preços das passagens de ônibus. Fui atendido por uma mocinha de voz frágil, quase inaudível. Parecia cansada (e meio deprimida também):

– Para o Acre? Sim, senhor, temos um ônibus – ela confirmou. – Na verdade, é um ônibus especial.

– Ônibus espacial? – retruquei. – E precisa essa violência toda?

– Não, senhor... a ligação está cortando. Eu disse *especial*. Especial! Sai uma vez por semana e demora vários dias para chegar até lá, quando chega...

– Ah! Sim, perfeito... – aquela não era uma informação muito otimista para um potencial passageiro, mas tentei demonstrar alguma esperança.

– Moço, vou ser sincera. É melhor o senhor ir de avião... – a mocinha se rendeu.

Agradei e desliguei o telefone. Na sequência, disquei para o aeroporto. Para ser franco, não sei dizer o que me assustou mais, se o valor da passagem aérea ou o trajeto. Mil e duzentos reais por uma viagem que compreendia a seguinte trajetória: Teresina, Salvador, Brasília, São Luís, Belém, Manaus, Porto Velho, Boa Vista e, finalmente, Rio Branco. Só não faria escala em Tucano. O percurso de avião estava descartado para mim.

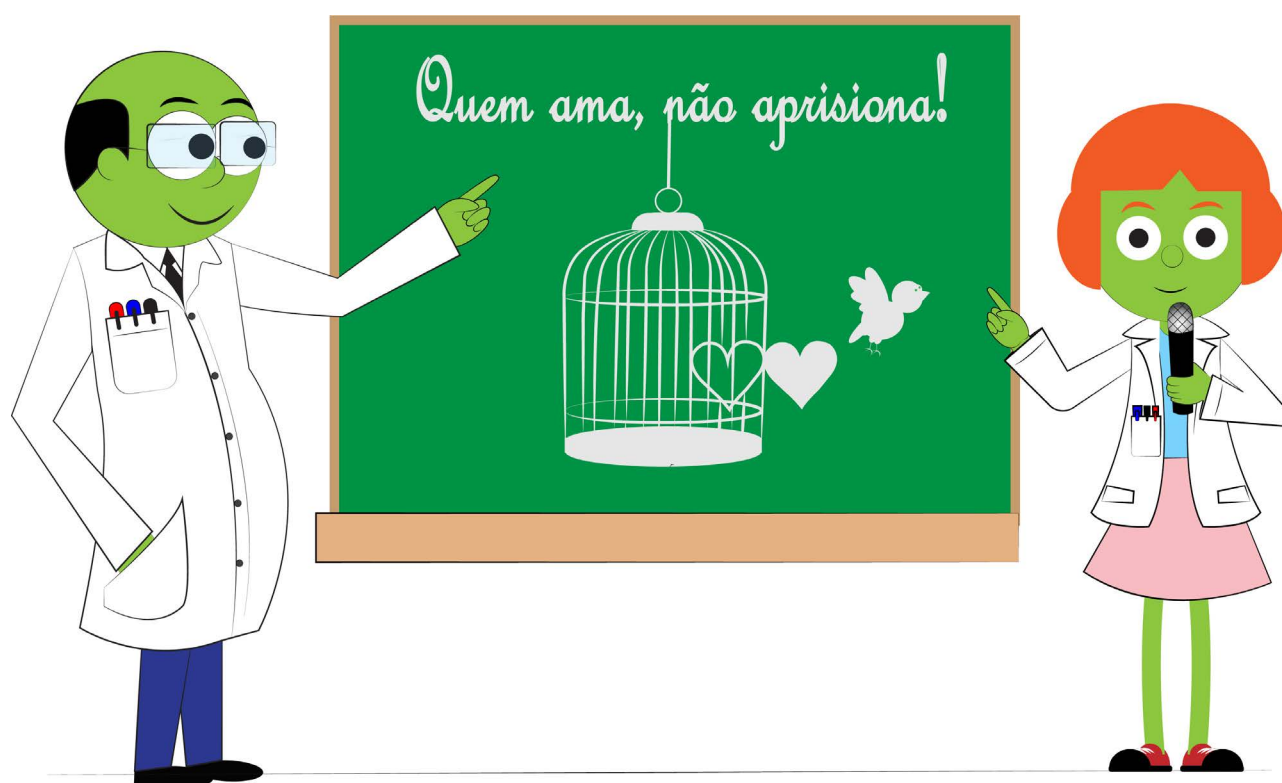
Nem preciso mencionar que a viagem de ônibus foi um completo desastre. Também é difícil lembrar detalhes porque eu estava perturbado demais com o meu vizinho de poltrona. O sujeito, um senhorzinho zangado, me dava uns tapas secos no ombro a cada meia hora, querendo saber se já tínhamos chegado ao destino. Isso quando não insistia em reclamar de dores nas costas. Precisei de muita determinação e coragem para enfrentar o percurso até o fim.

Tudo o que me lembro é que deixei o Piauí numa quinta-feira com todos os meus bens (algumas cuecas furadas, escova de dentes e um CD do Bartô Galeno). Devo ter chegado na semana seguinte, com um futuro incerto e hematomas no ombro de tantas porradas do companheiro de viagem. Sou, antes de qualquer coisa, um sobrevivente.

Aliás, minha formação de educador ambiental estava apenas começando. A travessia do tucanense não se restringia à mudança de endereço, por assim dizer. Era também uma travessia de transformação pessoal. Como analista ambiental, eu agora me preparava para enfrentar toda uma cultura de aprisionamento e opressão aos animais silvestres. E logo no Acre, Estado historicamente reconhecido por sua luta em favor da proteção e conservação ambiental.

Eu sabia que ainda tinha um longo desafio pela frente. A viagem de ônibus era só o primeiro deles.





Os alienígenas

A vida me sorriu mais uma vez e trouxe centenas de *extraterrestres* ao meu encontro. Todos os dias vários professores chegavam ao Ibama em busca de material educativo sobre proteção à fauna silvestre. Eu ficava surpreso e a um só tempo animado por encontrar educadores dispostos a ensinar um conteúdo como aquele, num país onde há mais de cinco séculos as pessoas aprisionam animais em nome do “amor”.

– Professores, onde os senhores aprenderam isso? Na escola ou com seus familiares? Quantos anos levaram para aprender? – eu perguntava espantado.

– Ora, ninguém nos ensinou. Sempre soubemos que isso é errado. Não aceitamos gaiolas, baladeiras ou espingardas – respondiam os professores.

– Encontrei os alienígenas! – eu pensava, feliz da vida.

Quanto aos materiais solicitados pelos professores, eu precisava informá-los: não havia nenhum. Apenas relatórios técnicos, artigos científicos, teses e livros volumosos em nossa biblioteca.

– Mas vocês não têm nenhum material pedagógico para crianças?

– Não, não temos... – eu dizia constrangido.

– Precisamos de jogos, músicas, vídeos... Vocês bem que poderiam produzir materiais lúdicos, voltados para o público infantil. Assim, poderíamos ensinar às crianças que não se deve aprisionar ou matar animais silvestres.

Aqueles professores eram como os fundadores de Tucano, ambientalistas natos. Conhecê-los foi fundamental para mim. Era hora de formar a *Liga de Proteção à Fauna*. A partir daí, comecei a reunir informações que estavam ao meu alcance e montei uma palestra sobre tráfico de animais silvestres. Do mesmo modo, passei a frequentar escolas e universidades, quase sempre a pedido dos alienígenas. Eles estavam comigo na guerra contra a Grande Mentira.

O contato direto com os educadores, alunos, técnicos e outros profissionais resultou em outra grande quantidade de material. Mais adiante, por sugestão e coordenação do Doutor Assis Araújo e da Mestre Ana Helena Lustosa, ambos servidores do Ibama-PI, essas experiências deram origem ao Projeto Voo Livre, em 2004, nossa principal estratégia contra o tráfico de animais.

De início, o Projeto Voo Livre abordava temas como legislação ambiental, maus-tratos a animais e aspectos biológicos das espécies. Nesse mesmo período, por coincidência, surgiu no Ibama a necessidade de se produzir um relatório técnico que justificasse o recebimento de adicional de insalubridade pelos funcionários dos Centros de Triagem (Cetas) – unidades responsáveis pelo acolhimento e manejo dos animais apreendidos. Como médico veterinário, realizei uma profunda pesquisa sobre as principais doenças que poderíamos contrair no contato com os bichos. E confesso que fiquei assombrado. Tão assombrado que semanas depois pedi transferência de setor. Nunca imaginei que corríamos tantos riscos. A necessidade de incluir esse novo tema no projeto me parecia urgente.

Com os novos conhecimentos acerca das doenças transmitidas dos animais para o homem e vice-versa (as chamadas *zoonoses*), escolhi expor uma enfermidade que é relatada desde os tempos bíblicos. Preparei um único *slide* e o coloquei na palestra, a fim de testar a informação. O evento aconteceu na cidade de Floriano (PI), e após quarenta minutos falando sobre leis, crueldade, polinização e dispersão, reservei os cinco minutinhos finais para mostrar os casos de hanseníase em tatus. Foi um alvoroço geral na plateia:

– Doutor! No fim de semana passado eu comi um tatu, mas usei uma panela de pressão! Corro o risco de me contaminar? – gritou um tiozinho barbudo, desesperado.

– Ainda bem que eu só como tatu frito! – comentou uma professora.

Fiquei de cabelo em pé. Naquele auditório, quase todo mundo já havia comido tatus. Comprovei então a importância de abordar a questão das zoonoses nas palestras, como mais uma forma de combater a caça e a captura de animais silvestres. Só havia um problema: eu não era especialista em saúde pública. Precisava de alguém com experiência na área para preparar e ministrar uma segunda palestra sobre tráfico e zoonoses.

Mais uma vez, o destino conspirou a favor da proteção à fauna. Isso porque, no ano de 2005, Fabiano Pessoa, médico veterinário com ampla experiência em saúde pública no Recife/PE, foi aprovado no concurso do Ibama. Ele viria a se tornar o meu principal parceiro nessa tarefa.

Devido à importância do tema das zoonoses, o programa Voo Livre foi renomeado. Passou a se chamar projeto Liberdade & Saúde – Animais Silvestres Livres: Pessoas Saudáveis. Nessa nova abordagem, os argumentos que sustentam a Grande Mentira do “quem ama, prende” foram debatidos, respondidos e incorporados aos materiais elaborados. Após anos de experiência e contato com outros atores sociais, formatamos duas palestras interativas que retratam, em detalhes, o problema do tráfico e das zoonoses.

O Ibama, como principal órgão ambiental do país, detém muito conhecimento acerca dos principais temas que envolvem a biodiversidade, incluindo o tráfico de animais silvestres. Tem, portanto, competência para elaborar materiais que produzam interação entre os grupos sociais. E foi assim que boa parte do nosso trabalho passou a ser desenvolvido: graças à determinação de várias pessoas, compreendendo servidores do Ibama e de outros órgãos ambientais, além de professores, alunos e membros das comunidades.

Existem hoje mais de cinco mil educadores (ou *extraterrestres*, como costumo brincar) aptos a trabalharem a temática do tráfico e das zoonoses. Eles estão espalhados pelo Piauí e por diversos estados brasileiros, levando uma mensagem de combate e enfrentamento à Grande Mentira. São os ETs nos quais eu acredito. E que também me fazem acreditar na mudança.





Família Valdo

As palestras do projeto Liberdade & Saúde tornavam-se cada vez mais eficazes contra a Grande Mentira. Elas geravam discussões acaloradas e sofriam modificações constantes a partir do contato com diferentes públicos. Os educadores, empolgados diante do conteúdo do projeto, solicitavam que o material fosse adaptado à educação de crianças e adolescentes. Precisávamos transformar um argumento técnico em peças lúdicas, mais acessíveis a todos.

– Crianças não compreendem relatórios e artigos científicos. Elas adoram desenhos, jogos e vídeos! – reforçavam alguns professores.

A história do tucanense, contada nas palestras, mostrava-se capaz de sensibilizar o público adulto. Era um bom medicamento contra os sintomas da Grande Mentira. Porém, era preciso readequar o conteúdo à educação dos pequenos; transformá-lo numa espécie de vacina antitráfico e entregá-lo aos doutores do saber – os professores. Dessa forma, nossas crianças poderiam ser imunizadas contra a cultura da gaiola, da baladeira, da espingarda, das correntes e dos viveiros, deixando os bichinhos livres. Os materiais e métodos necessários ao desenvolvimento da vacina estavam bem diante dos nossos olhos. A demanda também:

– Por que vocês não transformam as palestras em um gibi? – cobravam os educadores.

Pois é, havia, sim, uma história a ser contada nos quadrinhos, mas o Ibama-PI não dispunha de um desenhista. Eu até conhecia um, arquiteto e grande ilustrador, que poderia produzir a sonhada HQ: Sinvaldo Moura. Morava lá em casa. Com esse nome, tinha que ser meu irmão, não é verdade? Sandovaldo e Sinvaldo poderiam inclusive formar uma dupla sertaneja. Lá em Tucano, os pais tinham a mania de juntar nomes masculinos e femininos para batizar as crianças. Não foi o meu caso. Gabriel, meu pai, e Ana, minha mãe, não conseguiram nenhuma combinação interessante. Graças a Deus.

– De onde o senhor desenterrou o nome Sandovaldo, papai? – eu perguntava chateado.

– Era o nome de um sargento que conheci no Exército...

Graças ao sargento, ganhei anos e anos de *bullying*. Havia, entretanto, um consolo: os nomes dos meus irmãos seguiam a mesma terminação que o meu, outro hábito tucanense. Sinvaldo, de sua parte, também sofreu muito. Sorte que ele não teve um irmão gêmeo, pois o risco do pequeno ser batizado de Nãovaldo era enorme. Acredite se quiser, mas minha mãe já me confessou isso.

Na verdade, eu e Sinvaldo ainda saímos no lucro em relação ao caçula. Eu costumava revelar o nome dele nas palestras, e todo mundo bolava de rir. Mas nessa onda um fuxiqueiro me delatou. Meu irmão virou uma fera e me fez jurar de pé junto que eu não mais brincaria com o nome dele. Era um doutor e não aceitaria tal afronta.

Apesar da contundente ameaça, a insistência do público durante as palestras sempre acabava prevalecendo sobre o meu medo.

– Diz pra gente! Como é o nome dele?

– Si-ne-val-do – eu costumava soletrar baixinho.

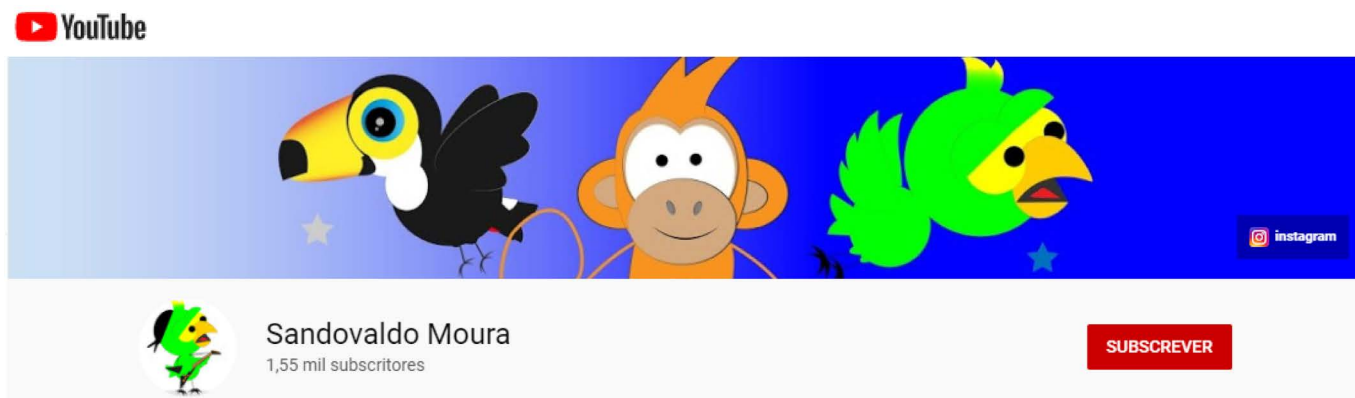
A turma desabava em gargalhadas.

Sobre o gibi, Sinvaldo (o artista) foi categórico: negou-se a fazer a HQ sobre tráfico e zoonoses. Alegou que estava sobrecarregado de trabalhos no escritório de arquitetura. Logo, a ideia de produzir a história em quadrinhos sem gastar dinheiro parecia ter ido por água abaixo.

Por coincidência, no mesmo ano (2005), o Ibama abriu um concurso público, e eu, malandramente, fiz a inscrição do meu irmão. Atarefado com os tais projetos de arquitetura, o bonitão não estudou nem queria fazer as provas. Comprei a passagem e pedi que ele ao menos arriscasse. Mesmo sem estudar, Sinvaldo conseguiu ser aprovado. Uma vez nomeado funcionário do Ibama, eu o obriguei a desenhar o nosso gibi. E foi assim que nasceu a HQ Liberdade & Saúde.

O superintendente do Ibama-PI à época, Romildo Mafra, um entusiasta e incentivador do projeto, ficou encantado com o material. Levou nossa HQ até Brasília e conseguiu viabilizar a publicação. O trabalho despertou o interesse da administração central e do Ministério do Meio Ambiente. Eles já conheciam histórias do projeto piauiense que conseguia convencer as pessoas a entregarem voluntariamente animais silvestres ao Ibama. Agora, estavam diante de um produto que mostrava a qualidade das ações desenvolvidas no Estado.

Os resultados levaram o projeto Liberdade & Saúde até o ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. No ano de 2008, em Brasília, foi lançada a Campanha Nacional de Proteção à Fauna. A partir dali, os materiais, as histórias e os argumentos *made in* Piauí ganharam o Brasil. Além da HQ Liberdade & Saúde, outros trabalhos foram desenvolvidos, entre eles o jogo Trilha da Liberdade, o CD Cantando por Liberdade e várias animações, disponíveis no canal [youtube.com/sandovaldomoura](https://www.youtube.com/sandovaldomoura). Hoje, o gibi já foi replicado em mais de dezoito estados e ultrapassou 200 mil cópias. Agora imaginem se o danado do meu irmão não tivesse feito as provas...





O tocador de berimbau

O auditório do Ibama-PI estava lotado. Professores de escolas públicas e particulares de Teresina, além de técnicos das Secretarias de Meio Ambiente e ONGs, aguardavam ansiosos pelo curso “Liberdade & Saúde – Animais Silvestres Livres: Pessoas Saudáveis”, que seria iniciado em alguns minutos. Faltava apenas o famoso palestrante, responsável pela abertura do evento.

Dias antes, Fabiano Pessoa, o popular Tio Bibi, havia contratado aquele notável conferencista para conduzir a palestra. Segundo as boas línguas, o apresentador era uma espécie de *showman* – um artista multifacetado.

Como tenho sérios problemas de ansiedade, fiquei desesperado ao perceber que já passava do horário e nada do nosso *showman* dar as caras. Eu olhava para os lados, tentando encontrá-lo em meio ao tumulto dos bastidores, mas não havia nem sinal dele. Então, sem que ninguém pudesse compreender direito, três cabeludos atravessaram o palco portando instrumentos musicais exóticos.

– Oba! – exclamei. – Vamos começar! Qual de vocês é o apresentador?

– Na verdade, nenhum. Somos apenas assistentes dele – respondeu em tom negativo um dos cabeludos, balançando as madeixas.

– Como assim? Estamos atrasados! – insisti.

Fabiano, meu colega de trabalho, observando o meu desespero, tentava me acalmar:

– Relaxa, homem! O palestrante está no banheiro. Coisa rápida. Já, já aparece por aqui.

– Agora lascou! O nervosismo deve ter bagunçado a barriga dele – pensei.

Minutos depois, não aguentando mais tanta espera, parti eu mesmo em busca do *showman*. Rodei o auditório a torto e a direito. Encontrei-o muito tranquilo, num cantinho, exceto por algumas ressalvas estilísticas: o sujeito vestia um paletó amarelo, bermuda amarela e calçava sapatos amarelos enormes. Amarelo da cabeça aos pés. Enfim, parecia um melão maduro. “Umas dicas de moda caíam bem”, refleti. Como se não bastasse, ele tinha cabelos azuis platinados e carregava, junto ao bolso do paletó, um pente gigante. Era isto: Fabiano havia contratado um palhaço para fazer a abertura do nosso evento.

– Bora lá? – o palhaço finalizou o figurino colocando um nariz vermelho. Pegou o violão e pediu que eu anunciasse sua entrada no auditório. Foi, com efeito, o que fiz. Ele subiu ao palco tocando o instrumento enquanto declamava uma poesia sobre o meio ambiente. Em seguida, junto com os seus assistentes cabeludos, tocou uma série de músicas sobre poluição, resíduos sólidos, reciclagem, conservação de florestas, águas... simplesmente encantou toda a plateia. E foi aplaudido de pé pelo público.

Não havia o que contestar, o palestrante era de fato um *showman*. Mais tarde, fiquei sabendo: aquele era o Palhaço Pancinha, um personagem criado e incorporado pelo professor, compositor, músico e ator Antônio Carlos Oliveira Sousa. Todo mundo ficou impressionado ao conhecer as canções do seu CD ambiental.

Agitando as mãos, gritei para o Fabiano:

– Olhe! É isso que precisamos fazer!

– Claro! Minha mãe costura muito bem. Basta comprarmos o tecido amarelo! – ele respondeu, elétrico.

Vê se pode! Fabiano queria virar o Palhaço Bibi. Tratei logo de acabar com o sonho dele: – Não, não estou falando da roupa. A ideia é transformar o conteúdo de proteção à fauna em música! O Palhaço Pancinha canta todos os temas ambientais, menos a questão da fauna. Precisamos usar essa estratégia contra a Grande Mentira também.

Agora nosso objetivo estava claro: converter o conteúdo técnico das palestras do projeto Liberdade & Saúde em músicas, afinal, aquela parecia a melhor forma de cativar e manter a atenção do público. Só havia dois pequenos problemas: eu nunca tinha escrito uma linha sequer de poesia, a não ser para as namoradinhas (o que me fez colecionar uma centena de foras); e, o mais grave, eu não sabia tocar nenhum instrumento musical.

Decidi então me matricular num curso de música da cidade. Achei que em pouco tempo aprenderia a tocar violão, produzindo minhas próprias letras e arranjos. Já conseguia me imaginar entrando nos eventos como uma estrela do rock. Seria o Elvis Presley dos periquitos. Fantástico.

No curso de música, eu era o único adulto da turma. Os outros colegas deviam ter entre oito e doze anos de idade. Começamos o estudo pela parte teórica. Eu prestava muita atenção, copiando tudo o que o professor dizia, enquanto os moleques levavam as aulas na brincadeira. Quando as provas chegavam, eu parecia uma grande escola de samba do carnaval: Teoria Musical – nota 10; História da Música – nota 10; já os pirralhos tinham que se contentar com notas 7 ou 8. Eu apenas sorria para eles, convencido do meu sucesso.

As coisas iam muito bem, obrigado. Era nota 10 pra todo lado. A verdade é que eu mal tinha começado o curso e já me achava um grande teórico musical. Beethoven perdia feio. Só não imaginava que minha alegria fosse durar tão pouco tempo. Ao ser escalado para as aulas práticas, toda a minha pose desabou. Os moleques que tiravam notas baixas nas aulas de Teoria Musical tinham uma habilidade impressionante com o violão. Tocavam *Brasileirinho* numa velocidade espantosa, os dedos miúdos não paravam quietos. Quando vi aquilo, confesso que morri de inveja.

– Agora é sua vez, tucanense – o professor largou o violão nos meus braços e pediu que eu tocasse alguma coisa. Os moleques ficaram de olho, esperando o desempenho do Senhor Teoria. Imaginem a vergonha. Era a primeira vez que eu pegava naquele negócio estranho, cheio de cordas. Meus dedos estavam todos travados. Eu não conseguia executar o mais básico dos exercícios musicais. Um desastre absoluto. Ainda tive de aguentar o olhar de superioridade da molecada. Agora o jogo tinha virado, e eu era o alvo da gozação.

– Deve ser só uma questão de tempo e treino – ponderei, otimista. E comeci a praticar. Treinava pesado. Na escola de música, no Ibama, em casa, em todo e qualquer buraco. Quatro meses de preparação intensiva, dia e noite. Finalmente, eu estava pronto para mostrar o resultado de horas e horas de esforço. Todos os colegas do curso aguardavam ansiosos pelo show.

– Vai lá, tio! – gritavam os pirralhos.

Confiante, peguei o violão e comeci a executar as notas musicais. Não sei explicar muito bem, mas os meus dedos me traíam ardilosamente. Aquilo era ridículo. Não acertava uma única nota. Para ser sincero, ainda saiu um dó – um dó de pena, no olhar dos professores e colegas.

Pois é, eu era um fiasco musical. Toda a minha dedicação resultou em coisa nenhuma. Apenas ruídos estranhos no violão. Diante daquele contundente fracasso, perguntei ao professor:

– Mestre, será que eu consigo tocar algum instrumento com menos cordas? Eu me saí tão bem na teoria... – o orgulho já tinha ido pelos ares, mas ainda me sobrava um pouquinho de esperança.

– Olha, tucanense... – ele disse com um sorriso ameno – com muita sorte, fé e treino, talvez um berimbau. (Detalhe: eu teria que me esforçar muito, e levaria mais ou menos uns cinco anos. Doutor em Ciências Berimbaulísticas).

Chegava ao fim minha curta carreira musical. Mas o projeto de confrontar a Grande Mentira persistia em minha cabeça. Apelei para o maravilhoso e sempre escasso dinheiro, pois já tinha as composições (gastei cerca de três anos da minha vida para escrever uma dúzia de rabiscos musicais). Só precisava de alguém para produzir os arranjos e cantar.

Mostrei as letras para o professor de violão, na esperança de que ele pudesse me ajudar.

– Não posso fazer nada – ele foi direto. – Zoonoses? Tráfico de animais? Meu amigo, isso é muito técnico.

Vendo minha tristeza diante de tanto trabalho, o professor, então, sugeriu que eu procurasse o músico Messias Messina:

– Talvez ele possa fazer algo por você. Se ele não conseguir, pode jogar esse material no lixo – asseverou.

Apreensivo, levei minhas letrinhas ameaçadas de extinção ao Mestre Messias. Ele, com um violão nos braços, leu todas as letras com estranhamento. Em seguida, o veredito:

– Impossível. Não dá pra cantar esses temas. Esses assuntos são muito esquisitos.

– Mas eu canto todos eles... – respondi.

Messias não acreditou. Pediu que eu fizesse uma demonstração.

Meus amigos, o bicho pegou! Esqueci de contar que desafinava até cantando *Parabéns pra você*. Assim, devido ao *bullying* que sofri no coral da igreja, eu não conseguia cantar em público. O professor ficou sensibilizado, levou-me para uma sala reservada e pediu que eu cantasse para ele. Jurou que não iria rir. Acreditei e cantei algumas das minhas composições. Estava me sentindo o Pavarotti, quando fui interrompido pelas gargalhadas dele.

– Rapaz, você canta mal demais!

Um tanto aborrecido, esperei o homem se recuperar da crise de riso. Foi então que tive uma grata surpresa: – Veja... – o professor disse – com essas melodias podemos tentar – pegou o seu violão e, de primeira, tocou e cantou *Sabiá-Laranjeira*. Ficou linda.

Havia um último ponto: Messias pediu que eu gravasse, com minha própria voz, uma espécie de CD demo, ou seja, “demonstrativo”. Obedeci. Em casa, enquanto todo mundo dormia, gravei o danado do CD demo. Não preciso dizer que ficou uma droga. Mesmo assim, entreguei ao professor.

– Por favor, Mestre Messias, não mostre isso a ninguém.

É claro que não adiantou. Além de divulgar para um monte de gente, o Messias ainda me ligou com uma piadinha pronta: – Rapaz, o teu CD é mesmo demo... Demoníaco! – e seguiu: – Mas não se preocupe. Vamos exorcizá-lo.

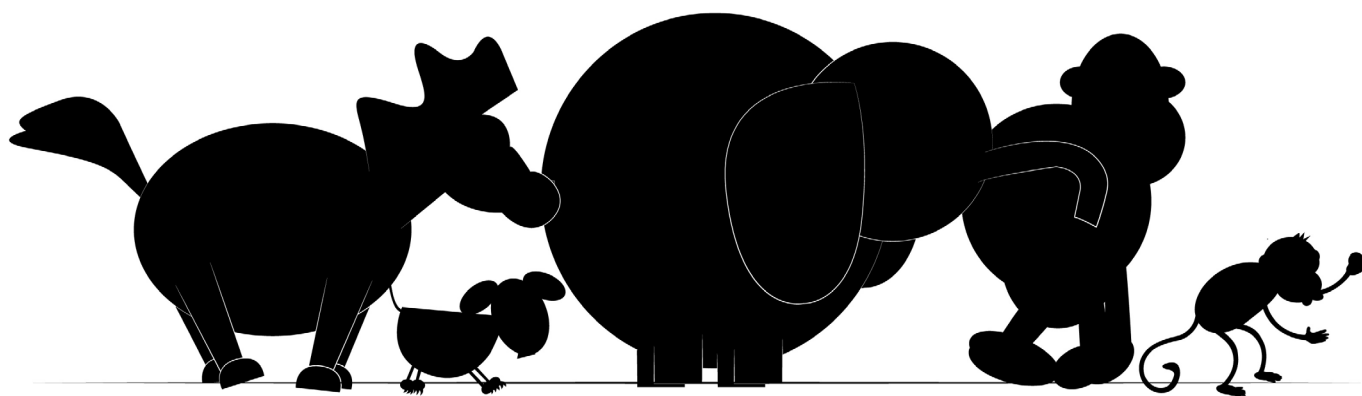
Meses após desse episódio, gravamos profissionalmente o CD *Cantando por Liberdade*, no estúdio do músico Fábio Mesquita, e fizemos o lançamento no Teatro da Assembleia Legislativa do Piauí. As crianças lotaram o espaço e cantaram todas as músicas junto com a banda.

– Quando é que vai sair o *Cantando por Liberdade*: volume II? – os colegas perguntavam depois da festa.

– Nunca! – eu respondia, convicto.

Apesar do sucesso, a gravação do CD foi um grande sofrimento: os músicos normalmente só estavam disponíveis altas horas da noite, e todos eles chegavam famintos após os shows. Quase fali bancando pizzas para o pessoal. Mas o sonhado projeto pôde se tornar realidade. Assim, entre pizzas, flautistas, sanfoneiros e shows de lançamento, gastei uma nota preta. No fim das contas, só sobrou para o tucanense. Logo eu, que não toco e nem canto, dancei bonito.





O que é, o que é?

Na intenção de testar o conhecimento dos alunos em algumas escolas, eu e a equipe do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama-PI gostávamos de fazer uma brincadeira durante nossas palestras. O exercício era simples: desenhávamos animais de diferentes espécies em folhas de papel-cartão e distribuíamos entre a garotada. A seguir, colávamos cartazes no chão com três opções possíveis: uma grande fazenda, uma linda floresta e uma casa. Até aí tudo bem. Mas quando pedíamos aos garotos para que corressem em direção ao habitat do desenho que cada um havia recebido, o resultado era desastroso.

Bem, de que maneira explicar? Bichos como papagaios, macacos, jabutis, canários, entre outros, eram equivocadamente transportados ao local onde estava a casa, enquanto a floresta permanecia quase vazia, com duas onças e umas cobrinhas mirradas. A fazenda, do mesmo jeito: alguns porcos, cavalos e ovelhas, quando muito.

– Mas por que vocês estão correndo com essa papagaiada para dentro das casas? E até com os macaquinhos? – eu perguntava aos pequenos, com as mãos na cabeça.

– Ué, tio! Os bichinhos que vivem nas casas não são domésticos? Então! – eles respondiam sem hesitar.

Nas mais diferentes escolas em que aplicávamos o teste, públicas ou privadas, o resultado era semelhante.

– Papai tem um jabuti! – dizia um aluno.

– Vovó tem papagaio! – cochichava o outro.

– A professora tem é um *mico-leão-dourado*! – gritava um terceiro, do fundo do auditório.

Foi mais ou menos a partir daí que percebemos a origem do problema. Pais, mães, tios, vizinhos, enfim, pessoas próximas às crianças, criavam animais silvestres dentro de suas casas, reproduzindo o hábito sem a menor reflexão. Nessas condições, não era de espantar que a meninada não soubesse distinguir os habitats dos animais.

Na tentativa de reverter a bagunça, optamos por realizar um segundo teste.

– Atenção, crianças: podemos sair por aí derrubando árvores? – perguntávamos.

– Não! – a criançada gritava em coro.

– Podemos avançar o sinal vermelho?

– Não! – os mais animados chegavam a balançar os dedos.

– Podemos jogar lixo no chão?

– Não! – mais uma vez elas se esgoelavam.

– E onde vocês aprenderam tudo isso? – voltávamos a questionar.

– Aqui, na escola!

Estranho. Por que as escolas, tão competentes em esclarecer questões complexas como poluição e leis de trânsito, eram incapazes de mostrar aos alunos os conceitos básicos da fauna silvestre? Imagino que não deva ser difícil convencer qualquer criança de que aprisionar um papagaio, um macaco ou qualquer outro animal selvagem não representa um ato de amor.

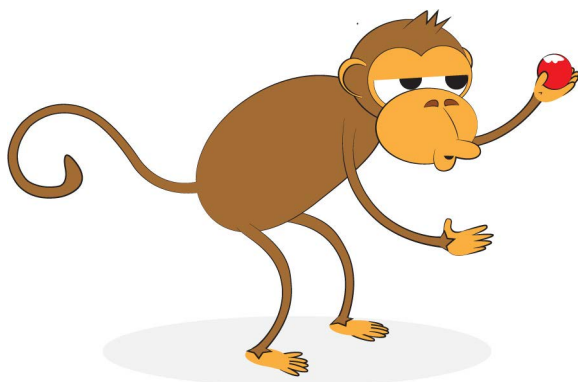
Claro, não devemos esquecer que os professores, assim como muitos de nós, também foram vítimas da Grande Mentira do “quem ama, prende”, contada aos quatro ventos entre familiares e amigos. Logo, como poderiam ensinar que aquilo era errado?

Por isso, muitas crianças crescem sem compreender o que é um animal silvestre e sem reconhecer o habitat natural dessas espécies. Nessas circunstâncias, tornam-se adultos desinformados, pouco familiarizados acerca da legislação ambiental de proteção à fauna. E o pior: ensinarão essa mentira e esse “falso amor” a seus filhos e netos.

A gente só respeita aquilo que conhece. De nada adianta saber que aprisionar animais silvestres é crime, se não conseguimos reconhecê-los ou diferenciá-los das demais categorias da fauna. Nosso país precisa desconstruir essa mentira secular e formar cidadãos instruídos, críticos, aptos a distinguir o que é um animal silvestre nativo, exótico ou doméstico. Da mesma maneira, as crianças precisam aprender que lugar de animal silvestre é nas florestas, dispersando sementes, polinizando flores e mantendo a reprodução da espécie.

O ponto de partida para esse tipo de ensinamento, sem dúvida, é dentro das escolas. E são os professores os responsáveis por essa tarefa – nossos super-heróis do saber. Eles têm a função de desmentir outros super-heróis, nossos pais, que muitas vezes insistem em replicar a cultura da gaiola. Nesse embate, a escola deve levar a melhor, afinal, é ali que o conhecimento se multiplica com agilidade e segurança.

É bem verdade que os dados sobre tráfico de animais silvestres ainda estão, em sua maioria, restritos a órgãos de combate e repressão aos crimes ambientais, o que limita o alcance das informações entre as pessoas. Em razão disso, é necessário que a legislação, as fotos e os problemas que envolvem o tema sejam urgentemente difundidos, no sentido de desarticular o tráfico e permitir que os animais silvestres possam exercer o direito à vida e à liberdade, cumprindo seu papel na natureza. Como de fato deve ser.





A apreensão dos belgas

– Tucanense?! Tucanense?! – meu chefe me chamava do outro lado da linha, nervoso. – Tucanense, rapaz... acabaram de apreender duzentos canários em um ônibus interestadual! Os policiais estão trazendo o traficante para o Ibama. A imprensa já foi comunicada. Prepara tudo aí. É com você.

Aquela era, seguramente, a maior apreensão de animais silvestres do ano. De imediato, corri para os livros. Comecei a devorar tudo o que via pela frente sobre o bom e velho canário-da-terra. Aprendi sobre a sua reprodução, alimentação, distribuição geográfica, biometria e assim por diante. Acessei artigos científicos na internet, publicações oficiais e extraoficiais, Facebook, Instagram, Twitter...

Horas depois, os policiais chegaram esbaforidos com os canários e o tal do traficante. A imprensa veio logo atrás. Ao ver os animais, percebi de cara que haviam trazido canários-belgas, e não canários-da-terra, como imaginei a princípio.

– Um momento... – eu disse aos agentes. – Esses canários são belgas. Pelas normas brasileiras são animais *considerados domésticos*.

– Domésticos? Como pode um belga ser doméstico? – perguntou um dos policiais.

Pois é. Quem leu o conto “O que é, o que é” e achou que conhecia todas as categorias de animais também se enganou. Legalmente, existe uma fauna *considerada doméstica*, listada pela Portaria Ibama nº 93, de 7 de julho de 1998. Essa lista compreende, além dos já conhecidos animais domésticos – bois, ovelhas, cabras, porcos, cães, gatos, cavalos, galinhas etc. –, alguns animais silvestres exóticos – periquito-australiano, canário-belga, porquinho-da-índia, calopsita, codorna-chinesa e outros.

Os animais silvestres exóticos incluídos nessa portaria foram trazidos para o Brasil há muitos anos. Hoje eles se reproduzem em cativeiro e são criados em distintas regiões do país. Quando a legislação tornou crime a introdução e manutenção de animais silvestres exóticos sem autorização, colocou na ilegalidade as pessoas que os criavam no Brasil. Agora tentem imaginar a cena: milhares de periquitos-australianos, canários-belgas e calopsitas sendo apreendidos e entregues aos fiscais ambientais. Todos os donos autuados. Já pensaram? Os órgãos ambientais brasileiros ficariam abarrotados de animais silvestres exóticos, que não poderiam ser soltos em nossas florestas. Caos total. Ademais, dificilmente os países originários desses espécimes receberiam os animais de volta, pois haveria risco de contaminação e transmissão de inúmeras doenças.

Nessas condições, a única alternativa que restou possível foi a edição da Portaria Ibama nº 93/1998. Esse dispositivo inclui uma lista que contempla todos os animais domésticos criados no Brasil e alguns animais silvestres exóticos, criados e reproduzidos há várias gerações em nosso país. Assim, surgiu a expressão fauna considerada doméstica.

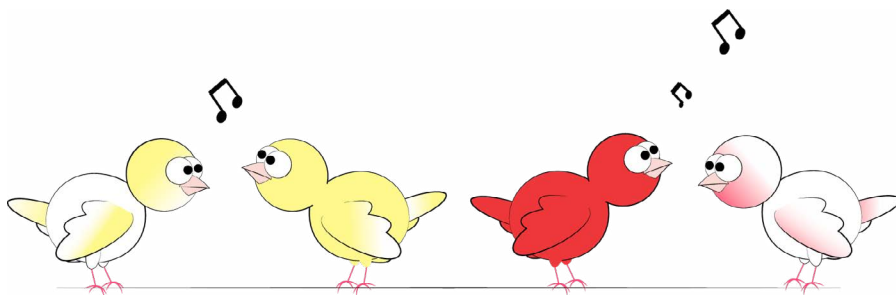
Diante das explicações, os policiais logo compreenderam que os canários-belgas eram *fauna considerada doméstica* e que o “traficante” não era, na prática, um traficante, mas um simples transportador de animais domésticos.

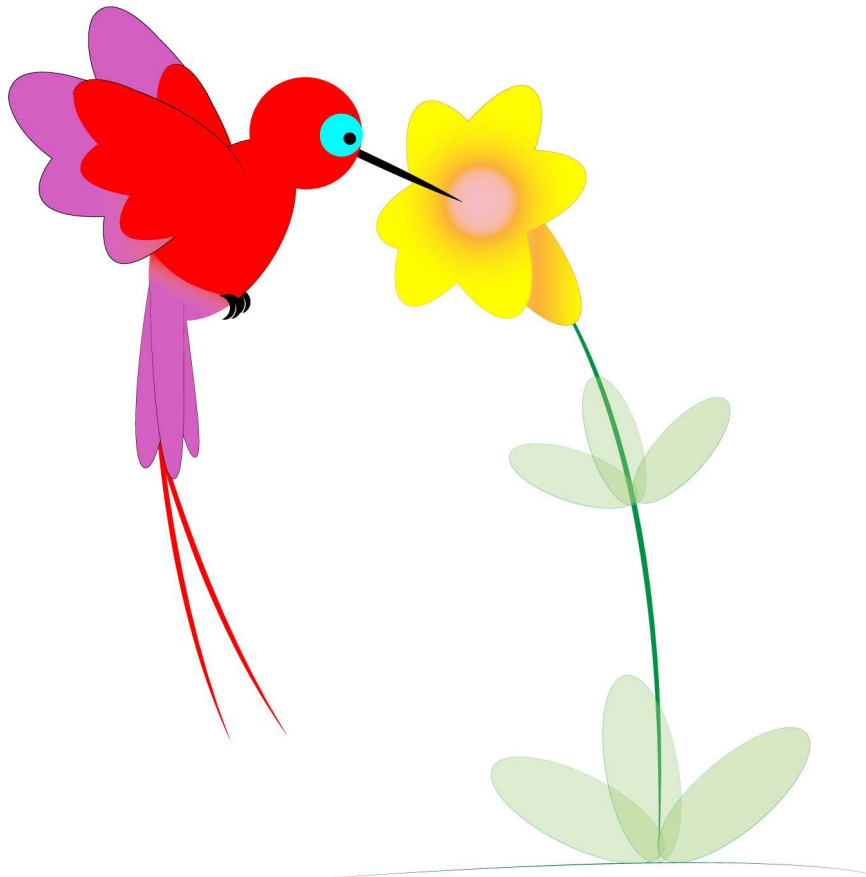
Agora estávamos numa enrascada. O que fazer com a imprensa? E com o passageiro? Apenas dispensá-los? O constrangimento seria enorme. Então, tive uma ideia. Lembrei aos agentes de polícia que mesmo animais *considerados domésticos* precisavam de documentação para transporte intra e interestadual, isto é, a Guia de Trânsito Animal (GTA), emitida pelas agências de defesa agropecuária dos estados e muito importante para evitar a introdução e disseminação de zoonoses.

A Grande Mentira

Batata! O transportador de canários-belgas não tinha GTA. Estávamos a salvo. No fim das contas, eu fiquei sem os canários e os fiscais sem o “traficante”. Mas a imprensa fez uma excelente reportagem sobre a importância da GTA para a sanidade da fauna brasileira. E isso, para todos nós, foi um grande alívio.

Dessa, o Tucanense se safou.





**Os padres, os pastores e os
plantadores de florestas**

Segundo o livro *De Moura aos Moura Fé – Resgate de uma trajetória* (2005), de autoria da Dra. Iracilde Maria Moura Fé Lima, o primeiro Moura a chegar ao Piauí foi Leonardo de Moura Fé, um dos funcionários da Coroa portuguesa. Ele se estabeleceu na região de Picos em mil setecentos e lá vai fumaça, mas com o passar do tempo sua descendência se espalhou por diferentes cantos do Estado. Em seu estudo genealógico, a pesquisadora catalogou milhares de Mouras, incluindo os autores deste livro, que agora você tem em mãos. Mas o que teria acontecido caso Leonardo de Moura Fé, nosso ancestral, tivesse passado sua vida inteira aprisionado em uma gaiola? Provavelmente, nada. Muitos de nós nem sequer teríamos nascido. Seria uma *desmouralização*!

Como pode, então, alguém condenar à prisão perpétua um papagaio ou um sabiá e afirmar na cara-dura que retirou um único animal da natureza?

Na verdade, um casal de sabiás pode ter até quatro filhotes no primeiro ano. Como na natureza se espera que 50% sejam fêmeas, no segundo ano haveria três casais e doze filhotes, totalizando dezoito sabiás. Na mesma proporção, no terceiro ano, ao todo, teríamos cinquenta e quatro aves. Por sua vez, no quarto ano, teríamos... alguém aí tem uma calculadora?

Perceba, a conta não é tão fácil: há uma progressão com base nas cadeias de reprodução das aves. Um sabiá na gaiola será sempre – e apenas – um sabiá. Não haverá multiplicação da espécie, ao passo que, em liberdade, eles podem livremente atrair parceiros e procriar filhotes.

Costumo perguntar nas palestras: – Quem faz os casamentos entre os Mouras?

– Ora! Os padres e os pastores, tio! – as crianças costumam responder.

– E quem realiza o “casamento” das plantas? – tento ir mais longe.

Quase sempre o silêncio impera. Diante da falta de respostas do público, explico que o “casamento” das plantas é o chamado processo de polinização. A polinização é realizada pelo transporte do pólen da parte masculina da flor (antera) para a parte feminina (estigma), possibilitando o desenvolvimento de sementes e frutos. Há incontáveis agentes físicos e naturais envolvidos nesse processo, entre eles a gravidade, o vento, a água e os animais. Esses últimos, aliás, são responsáveis pela maior parcela dos “casamentos” das árvores tropicais. Ou seja, simbolizam os “padres” e os “pastores” das florestas. Ademais, parte da produção global de alimentos provém de culturas que dependem da polinização animal.

Depois do casamento, nascem os filhotes, certo? No nosso exemplo, as sementes. Estas, por sua vez, precisam se espalhar pelas florestas, mas de que maneira? Até onde me consta, as árvores não caminham (ao menos nunca vi nenhuma desfilando por aí). Então, como ocorre a dispersão por longas distâncias?

Algumas sementes são carregadas pelo vento; outras, pela água. Estima-se que, nas florestas tropicais, a maioria das árvores têm sua dispersão realizada por animais. Como “pagamento” pelo transporte, os bichos se alimentam das saborosas polpas e sementes.

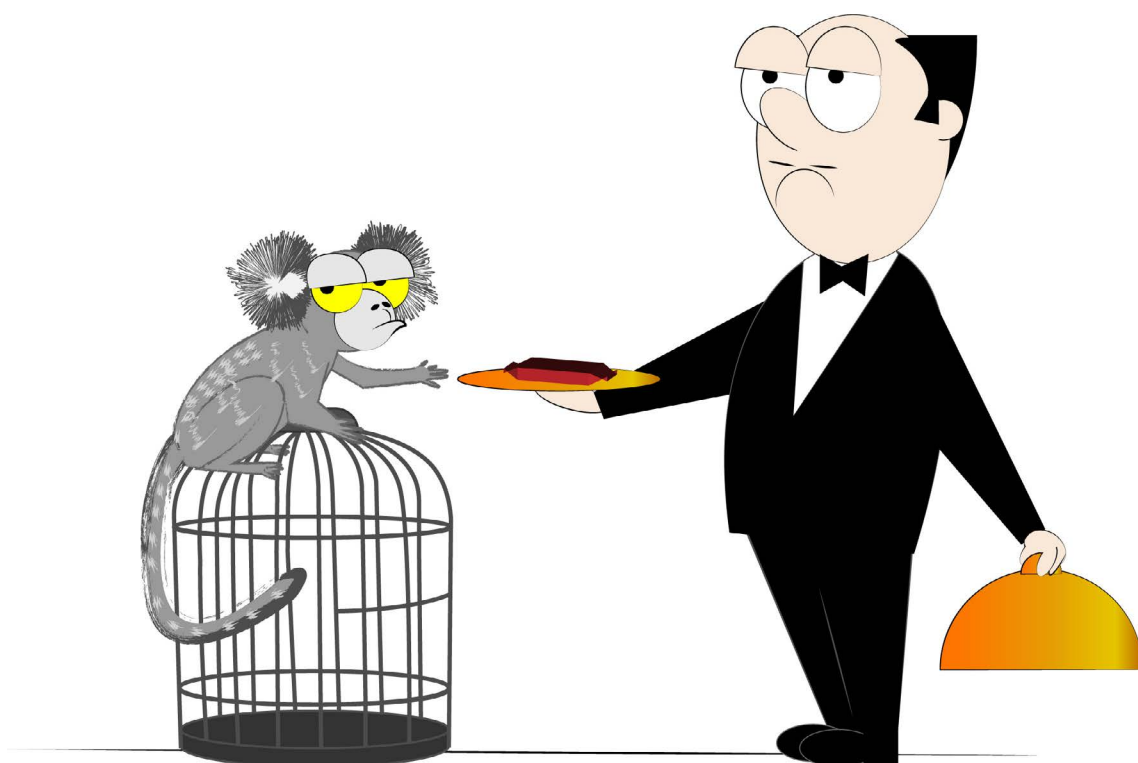
As árvores contam com as forças aéreas da dispersão, representadas pelas aves e pelos morcegos. A capacidade de voar desses animais permite o transporte de uma grande quantidade e variedade de sementes por distâncias mais longas. Já as forças terrestres contam com soldados importantíssimos. O jatobá, a título de exemplo, tem sua dispersão dependente das cutias, roedores capazes de quebrar frutos grandes e duros. As cutias costumam se alimentar de algumas sementes e enterrar outras (enquanto reserva alimentar), mas, como são péssimas de memória, quase sempre esquecem os locais de depósito. Por conseguinte, as sementes enterradas e esquecidas germinam e dão origem a novos jatobás.

As forças marinhas, por fim, contam com o auxílio dos peixes, que transportam as sementes por muitos e muitos quilômetros. Nas chamadas florestas inundadas, os peixes frugívoros se alimentam e dispersam várias espécies da nossa flora. Um aspecto peculiar é que conseguem levar as sementes rio acima, ajudando a garantir a diversidade de árvores ao longo das margens e áreas alagadiças.

Em nossas casas, aprisionados, os animais não polinizam flores nem dispersam sementes. Eles são apenas prisioneiros solitários. Nas florestas, livres, reproduzem-se e geram descendentes, os quais, a seu modo, contribuem para a manutenção da flora. Eles são os padres, os pastores e os plantadores de floresta – forças essenciais na preservação dos ecossistemas e na manutenção da biodiversidade.

E quanto aos Mouras? Bem... os Mouras jogam conversa fora. E escrevem livros.





Dieta chique

Nas florestas, os animais têm um cardápio invejável de opções alimentares: folhas, frutos, sementes, néctar, resinas e assim por diante. Quando precisam de água, podem escolher entre fontes, lagoas, riachos, rios e até mesmo a água salgada do mar. A sobremesa, por sua vez, é a mais deliciosa de todas: a liberdade para voar, correr, pular e se reproduzir.

No cativeiro doméstico, os animais silvestres geralmente são expostos a dietas absurdas. Os humanos tratam os bichos como pequenos seres humanos. Os papagaios, por exemplo, muitas vezes são submetidos ao velho cuscuz com leite. Quando não, um pãozinho molhado no café. Alguém por acaso já viu por aí algum papagaio fazendeiro tirando leite de vaca? Ou coando cafezinho para comer com pão massa grossa? Se viu, temos aqui sérios motivos de preocupação.

Na natureza, os papagaios adultos ingerem uma grande variedade de folhas, frutos e flores, transformando o alimento numa espécie de “papinha” nutritiva, para depois regurgitá-la nos bicos dos filhotes. Assim, eles mantêm sua ninhada alimentada e forte, com todos os nutrientes dos quais os pequenos necessitam.

De outro modo, nas gaiolas e correntes, os prisioneiros sofrem. O cardápio do presídio é cruel: passarinhos só se alimentam de alpiste e painço; papagaios adultos, apenas girassol; jabutis, coitados, só comem alface. Como se não fosse suficiente o desconhecimento sobre nutrição animal, os carcereiros seguem uma regra atroz: comida boa para bicho é a mais barata. Afinal, quem “ama” não quer gastar com os animais!

Como toda regra comporta uma exceção, alguns animais silvestres, contudo, são apresentados à culinária *gourmet*. Certo dia, quando ainda trabalhava no Centro de Triagem (Cetas), conheci um sagui de paladar sofisticado. Sua “dona” compareceu ao Ibama solicitando um documento para transportar o macaquinho para o sul do país. Segundo ela, o pequeno primata estava estressado e precisava tirar umas férias. Que coisa, não? Além de uma gaiola enorme, com três andares, o danadinho era dono de um patrimônio extraordinário: uma rede preguiçosa, piscina com cascata e um edredom vermelho, cheio de bananinhas bordadas. Muito impressionante.

Apesar da elegância do sagui, fui obrigado a comunicar à sua “dona” que o único documento disponível naquele momento era uma multa de cinco mil reais. E, de quebra, um processo administrativo por aquisição ilegal de animal silvestre.

– Você disse cinco mil reais? Isso é sério? – a mulher arregalou os olhos.

– Sim. Mas existe ainda a opção de entrega voluntária do animal. Nesse caso, não há geração de multa ou responsabilização penal – expliquei.

A madame, chorando discretamente, devolveu o sagui. Mas antes de ir embora, entre uma lágrima e outra, fez questão de que anotássemos o cardápio a ser fornecido ao macaquinho. E então, depois de uma longa lista que incluía *escargot* e caviar, finalizou:

– Duduzinho também adora chocolate.

Olhei para ela assombrado.

– A senhora está dizendo que a dieta do Duduzinho, o macaco, também inclui chocolate?

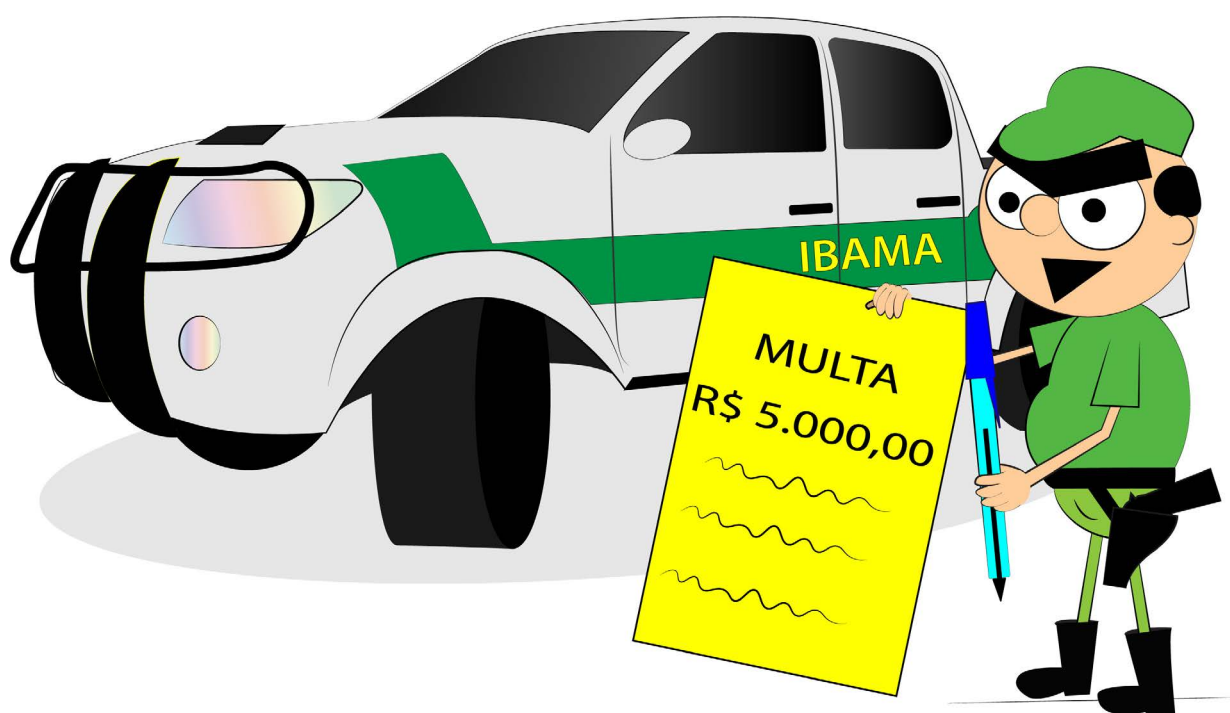
– Claro! – ela disse. – Aliás, ele não come qualquer chocolate. Prefere os importados. Sobretudo os suíços. São suas exigências pessoais...

Naquele instante tive de segurar o riso. Era inacreditável.

Horas depois, um exame clínico constatou que o pequeno primata apreciador de chocolates nobres estava com os dentes quebrados e cheios de cáries. Isso mesmo. A madame ensinou o bicho a comer chocolate, mas esqueceu de orientá-lo sobre instruções básicas de higiene bucal. Na realidade, o comedor de cacau deveria estar na floresta, ingerindo insetos, resinas, ovos e frutos, e não se entupindo de guloseimas e gorduras saturadas.

O macaquinho, quando avistou o novo lar, cheio de outros filhotes e árvores, correu disparado até o topo de um dos galhos. E lá do alto, entre saltos, pulos e gritos, pareceu ter esquecido de sua antiga “dona” e das “mordomias” de sua jaula. Para o pequeno banguela, afinal, estava na cara: nem o mais saboroso dos chocolates era capaz de competir com as delícias de sua verdadeira liberdade.





Artigo 29

A fauna silvestre brasileira já foi considerada *res nullius*, ou seja, coisa de Seu Ninguém. Isso porque durante muito tempo prevaleceu a (estranha) ideia de que nossos recursos faunísticos seriam inesgotáveis. No entanto, à medida que inúmeras espécies passaram a sofrer risco de extinção em razão das ações humanas, o Governo Brasileiro teve de legislar sobre a questão. E não deixou por menos: na intenção de conter os danos ambientais e punir eventuais infratores, no ano de 1967 foi editada a Lei nº 5.197, mais conhecida como Código de Fauna (válido até os dias atuais).

Em linhas gerais, o Código de Fauna estabelece que os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora de cativeiro, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são de propriedade do Estado, sendo proibida sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. Na verdade, quando a lei diz que algo pertence ao Estado, em outras palavras, quer dizer que pertence a todos os indivíduos que compõem o Estado – eu, você, seu pai, seu vizinho... Nessa perspectiva, já não se falava mais em *res nullius* (coisa de ninguém), e sim em *res publica* (coisa do povo).

Em 1998, com o objetivo de fortalecer o Código de Fauna, foi sancionada a Lei nº 9.605, a Lei de Crimes Ambientais ou “Lei da Vida”. Esse dispositivo legal dispõe sobre as sanções penais e administrativas decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. É mais ou menos uma “lista de punições” para os indivíduos que violam as regras de proteção à natureza.

O artigo 29 dessa lei é seguramente um dos mais importantes, ao prescrever as penalidades nos casos de crimes contra a fauna. O dispositivo estabelece, por exemplo, pena de detenção de 6 meses a 1 ano, e multa, para infratores que matam, perseguem, caçam ou apanham espécimes da fauna silvestre sem licença ou autorização da autoridade competente, incluindo animais nativos ou que estejam em rota migratória. As penas estendem-se também aos infratores que, por qualquer meio, tentem impedir a procriação da fauna, modificar ou destruir ninhos, abrigos e criadouros, ou vender, expor à venda, exportar, adquirir, guardar ou manter em cativeiro esses mesmos espécimes (inclusive ovos e larvas) sem a devida permissão legal.

O artigo 32 da mesma lei versa, ainda, sobre os crimes de maus-tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados, independentemente de sua origem (nativos ou exóticos). Desse modo, o indivíduo que agride ou realiza qualquer tipo de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, seja ela para fins didáticos ou científicos, incorre em pena de detenção de 3 meses a 1 ano, e multa.

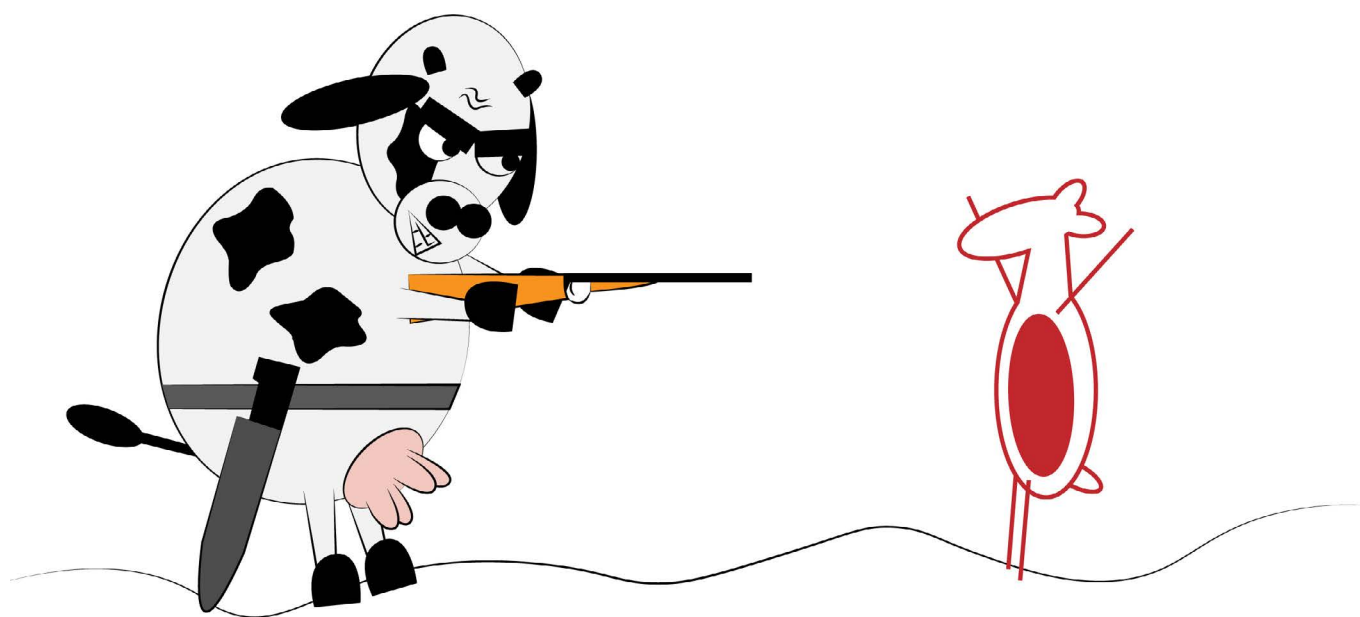
A despeito de todas essas leis voltadas à proteção da fauna brasileira, não raro, indivíduos que se autodenominam “amantes dos animais” dirigem-se ao Ibama na tentativa de “legalizar” os bichinhos, como se isso fosse possível. O mais impressionante é que a denotação do amor costuma ser proporcional à quantidade de animais aprisionados: quanto maior o “amor” que o amante diz ter pelos animais, maior o número de gaiolas e prisioneiros que ele possui.

– Não devo ser punido, pois não sou traficante! – alguns alegam. Outros chegam a cobrar ferozmente a penalização dos “homens cruéis que capturam, transportam e vendem os pobres bichinhos”, isentando-se de culpa. Graças à Grande Mentira do “quem ama, prende”, muitas pessoas sequer têm consciência de que também estão envolvidas na cadeia do tráfico de animais silvestres. Nem imaginam que a Lei de Crimes Ambientais não se restringe apenas ao traficante, mas também ao comprador.

A matemática é simples: quando se analisa a cadeia do tráfico de animais, percebe-se com clareza sua lógica de funcionamento (do que ela se alimenta e à custa de quem ela sobrevive). Em síntese: não há vendedores sem compradores. O traficante só atua porque sabe que a atividade é lucrativa e que existem pessoas dispostas a pagar por seus “serviços”. Dessa maneira, a lei é assertiva quando estabelece punição para ambos, vendedor e comprador.

A legislação brasileira de proteção à fauna não existe à toa. O tráfico extingue vidas animais, desregula funções essenciais à natureza e reduz a biodiversidade ambiental. Como se não fosse pouco, provoca a disseminação de zoonoses (doenças que os animais transmitem aos seres humanos e vice-versa), o aliciamento de pessoas pobres para a prática de crimes ambientais e até mesmo o financiamento de outras atividades ilícitas. Crueldade, desequilíbrio ecológico, destruição de ecossistemas... Risco à saúde, exploração da miséria, incentivo ao crime... Pessoalmente, não é nesse tipo de amor que eu acredito. E você?





A vaca caçadora

O Parque Nacional da Serra da Capivara, unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza, possui sítios arqueológicos e pinturas rupestres magníficas. Localizado no semiárido piauiense, é um orgulho para o Brasil e está inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Apesar de toda a beleza cênica e importância arqueológica, frequentemente o Parque sofre com a ação de caçadores. Por esse motivo, no intuito de proteger a fauna e a flora local, há uma equipe de guardas treinados que monitora a área dia e noite. Os guardas são capazes de rastrear os caçadores e detê-los em meio à mata.

Houve um tempo, contudo, em que surgiu um caçador singular naquela região. Isso porque, de forma bastante misteriosa, o meliante não deixava pistas. Quer dizer, os guardas encontravam penas de aves, manchas de sangue, cascos de tatus e sinais de fogueira (para o preparo da carne), mas nada de pegadas de seres humanos. Sabia-se apenas que o caçador “invisível” atacava em vários locais do Parque e não deixava vestígios – somente restos de animais abatidos.

Pressionados pela chefia do Parque, os guardas procuravam uma forma de encontrar o meliante. Sem os rastros, porém, a missão parecia impossível. Enfim, tudo levava a crer que o sujeito era um assassino profissional. Mas a prática penal é categórica: não existem crimes perfeitos. Uma hora ou outra o infrator deixaria suas marcas.

Passadas algumas semanas, após periciar uma série de crimes do caçador “invisível”, um dos guardas mais antigos e experientes, Seu Vicente, apresentou uma tese ousada: o caçador, na verdade, não era um ser humano. Era uma vaca.

– Uma vaca? O senhor tá caducando, Seu Vicente? – zombavam os colegas de equipe mais novos, entre gargalhadas.

– É, Seu Vicente... melhor o senhor ir logo juntando os documentos para a sua aposentadoria!

Como tudo o que não presta nessa vida, a gozação se espalhou rápido. Aquele era o primeiro relato mundial de uma vaca capturando animais silvestres. Incrível. A teoria era nada menos que absurda e ninguém tinha coragem de apresentá-la à Chefia do Parque, sob risco de demissão por razões psiquiátricas. Mesmo assim, Seu Vicente, o Sherlock Holmes do sertão, mantinha-se irredutível e defendia com firmeza sua posição.

– Seu Vicente, diga pra nós... como foi que o senhor chegou à conclusão de que a vaca é culpada?

– Elementar, meu caro... Percebi que em todas as cenas de crimes só havia rastros de um bovino. As pegadas estão todas ali e provam minha teoria.

O argumento continuava despertando risadas.

– Quer dizer, Seu Vicente, que a vaca é boa de mira! – os colegas tiravam sarro.

Com efeito, a hipótese beirava o delírio. Tentem imaginar uma vaca – em regra, vegetariana – abatendo um animal com a sua espingarda calibre .28, e logo em seguida acendendo uma fogueira para cozinhar a presa. Seria uma vaca geneticamente modificada?

Seu Vicente não sabia responder a essa pergunta, mas sustentava que a culpa era da vaca: – Estou falando sério – replicava.

Diante de tanta insistência (e da ausência de outras hipóteses razoáveis), os guardas resolveram acompanhar os rastros do bovino. Mais por brincadeira do que por desconfiança, é bem verdade. Esperavam, naturalmente, encontrar a vaca em seu ofício costumeiro: o pastejo. Isso seria motivo para mais zombaria e palhaçada com o nosso persistente detetive.

As trilhas seguiam pelo parque adentro. As cenas dos crimes evidenciavam uma lógica peculiar. Após percorrerem alguns quilômetros, os guardas observaram que, pelo rastro da vaca, era possível encontrar não somente armadilhas, como também objetos de caça. Mais à frente, deram de cara com uma fogueira ainda acesa. Tudo indicava que a meliante estava por perto e, dessa vez, não escaparia.

Depois de horas procurando pela vaca, os guardas, enfim, avistaram o bovino caçador: um macho, com mais ou menos um metro e oitenta, de espingarda na mão e facão na cintura. O mais intrigante: era bípede e pilotava uma cinquentinha.

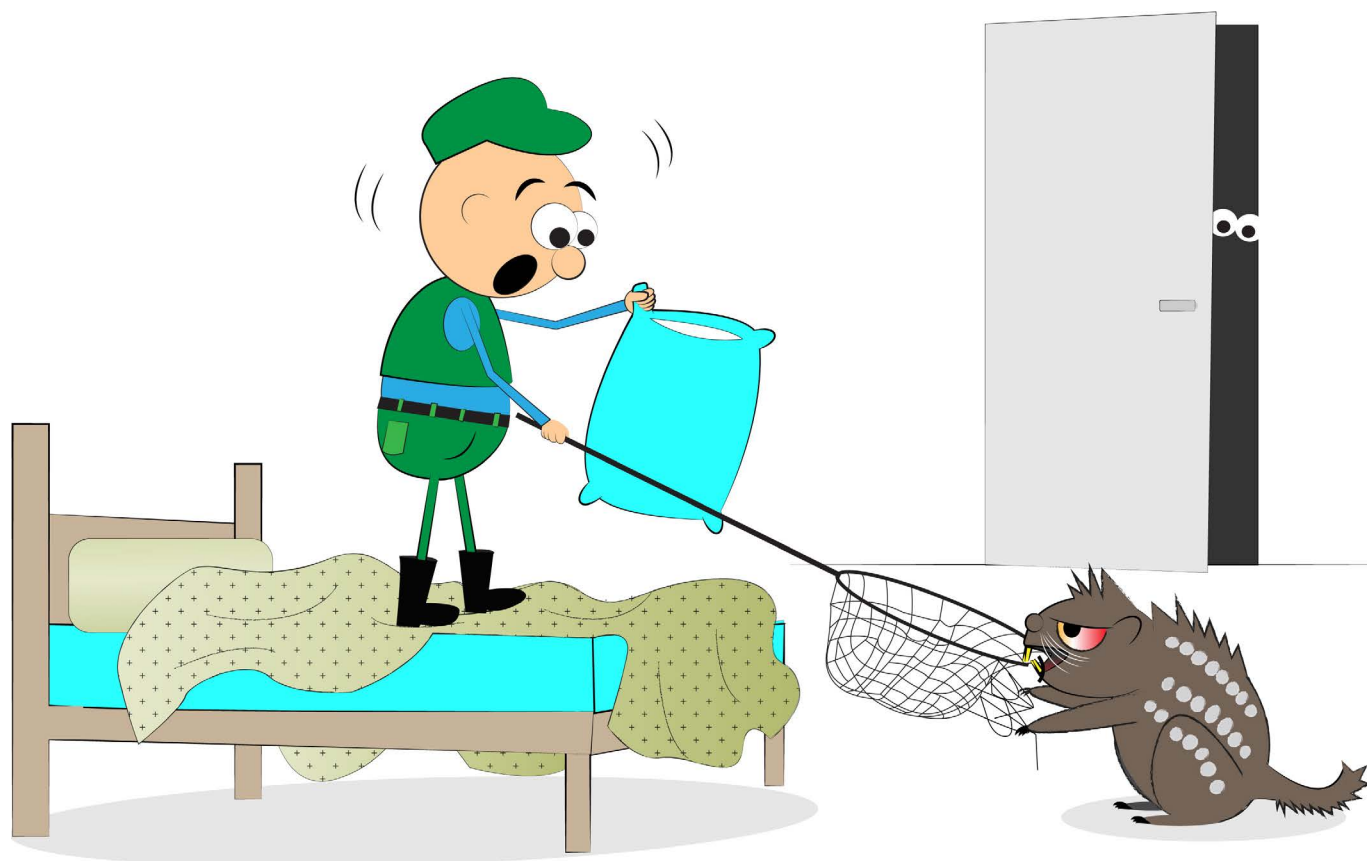
Mas por que o caçador não deixava pegadas? Não, o infrator não tinha nenhuma deformidade nos pés. A bem da verdade, usava sandálias especiais, com um design diferenciado. Acreditem: o sujeito havia incorporado os cascos de uma vaca no solado dos seus chinelos, o que explicava a ausência de pegadas humanas nos locais de abate.

Ao perceberem o artefato nos pés do caçador, os guardas desataram a rir.

– Não é que o Seu Vicente tinha razão?

Graças à astúcia de Seu Vicente, o criminoso havia sido descoberto. Mais uma vez, o velho guarda tinha recuperado o respeito e a admiração dos colegas de farda. Quanto ao mestre sapateiro, reza a lenda que depois de cumprir suas penalidades foi contratado por grandes empresas esportivas. Agora trabalha no desenvolvimento de chuteiras para grandes craques do futebol mundial.





Valente *pacas*!

A equipe do Núcleo de Fauna do Acre contava com um motorista muito afoito e conversador. Um sujeito baixinho de canelas finas, legítimo contador de histórias. Mentiroso que só a peste. Seu apelido era Doquinha.

Eu, apesar da formação em medicina veterinária, não era treinado em captura e contenção de animais silvestres. Mas o Doquinha alardeava para todo mundo que ele capturava qualquer bicho: – Comigo não tem um que escape! – dizia, batendo no peito. Conforme vim a saber, aquele era o tipo de demonstração pura e simples de como as experiências na vida podiam ser enganosas.

Um dia, eu e Doquinha estávamos na nossa sala, quando o telefone tocou.

– Alô? É do Ibama?! Preciso falar com o Ibama! O Ibama, pelo amor de Deus! – dizia a voz desesperada do outro lado da linha.

– Sim, senhora. Em que podemos ajudá-la? – perguntei.

– Me acudam! Um bicho acabou de invadir a minha casa!

– Tudo bem, não se preocupe. Vamos ajudá-la. Mas tente manter a calma. A senhora conseguiu identificar o animal?

– Uma paca! – a mulher respondeu. Seus gritos eram tão agudos que volta e meia eu afastava o telefone do ouvido.

– Uma paca? A senhora está me dizendo que uma paca invadiu a sua residência e colocou todo mundo para correr? É isso mesmo que eu ouvi?

– Sim! Mas ela não é pequena! É um bicho imenso! Parece um dinossauro! – a mulher não continha a agitação.

Mais uma vez, tentei tranquilizá-la. Pedi o endereço completo e em seguida convoquei o corajoso Doquinha para aquela missão. Quando expliquei a situação, meu velho camarada não conteve a gargalhada:

– Uma paca?! Tá de brincadeira? Já capturei jacaré, macaco, sucuri, onça e até rinoceronte! Isso aí é moleza!

Com muita cautela, relembrei ao Doquinha que no Acre não havia rinocerontes.

– É... rinoceronte não, mas o resto é comigo mesmo! – ele voltou atrás.

Assim, com uma caixa de madeira, um puçá e um especialista em captura de fauna imaginária, chegamos ao endereço informado no telefonema. Não demorou muito e a mulher apareceu na porta da casa, de olhos arregalados e vassoura na mão. Atrás dela, um grupo de moleques traquinas, entre seis e dez anos de idade, acompanhava toda a cena.

– Doquinha, veja só quanta gente! A boca aí é quente – alertei.

– Deixa de onda, macho. A gente pega essa paca em dois minutos – Doquinha tomou a frente.

– Minha senhora, mostre pra gente onde está o animal – ele disse.

– Não entro ali nem morta! – a mulher deu um salto para trás, tremendo da cabeça aos pés.

– Tudo bem. Mas diga ao menos onde o bicho está...

Com o equipamento de captura em mãos, seguimos as indicações. A paca se encontrava na única suíte da casa, correndo entre o quarto e o banheiro.

– Vocês podem tentar pegar o bicho pela janela – a mulher sugeriu.

Comecei a ficar preocupado. Tentei me escorar nas paredes, meio cabreiro. A mulher ficava observando de longe, dando instruções nada precisas. Já o Doquinha, mesmo desconfiado, atendeu ao conselho da dona: enfiou o puçá na janela e seguiu em frente. Foi com tudo pra cima do bicho.

Logo previ o estrago. Com efeito, era uma paca gigante. O bicho urrava com os pelos ouriçados, mostrando os dentes enormes e batendo as patas contra o chão. Na mesma hora, recuei. Doquinha, indiferente ao tamanho do animal, batia desastrosamente o puçá, tentando apanhá-lo. Quando ele corria para um lado, a paca avançava do outro. Em certo momento, sem que ele pudesse prever, a paca mutante deu uma dentada no puçá. E agora tentava subir pelo cabo, a qualquer custo.

– Doquinha, isso não vai dar certo! – gritei.

– Deixe comigo, macho!

Após alguns minutos de bate-deira no puçá, a paca conseguiu escalar o cabo do equipamento. Nessa hora, o bicho pegou: a danada engatou no rumo do Doquinha e conseguiu atravessar a janela do quarto vizinho, justamente do quarto onde estávamos.

– Agora lascou tudo! – eu disse fazendo o sinal da cruz.

Não deu outra: sebo nas canelas! Eu e a senhorinha fomos os primeiros a correr, fechando logo a porta. Quanto ao Doquinha, coitado, não conseguiu sair a tempo. Do lado de fora, só conseguíamos ouvir a pancadaria.

– Acalme-se, dona – tentei amenizar a situação – o Doquinha sabe o que está fazendo. É um profissional experiente. A essa altura com certeza já deve ter contido a paca.

Mal terminei de dizer isso, ouvimos os gritos do destemido Doquinha. O valentão agora pedia ajuda para todos os santos e anjos. Mas tanta espiritualidade não o impedia de rogar os mais profanadores insultos contra mim:

– Abre a porta, seu covarde! Cabra safado da *mulesta*!

Puxei a porta uns dois centímetros, o bastante para ver a cena: Doquinha pulava aflito em cima da cama, batendo com travesseiros na paca, que avançava em cima dele. Naquela confusão a paca levava ampla vantagem, verdade seja dita.

Diante de tanta pisa e não vendo muita coisa a fazer, gritei para o Doquinha:

– Joga os travesseiros em cima dela e corre pra cá!

Doquinha continuava receoso, mas fez o que sugeri. Arremessou os travesseiros em cima dela e correu em nossa direção. E não é que a estratégia deu certo? Doquinha estava a salvo. A paca, por seu turno, distraía-se rasgando os travesseiros.

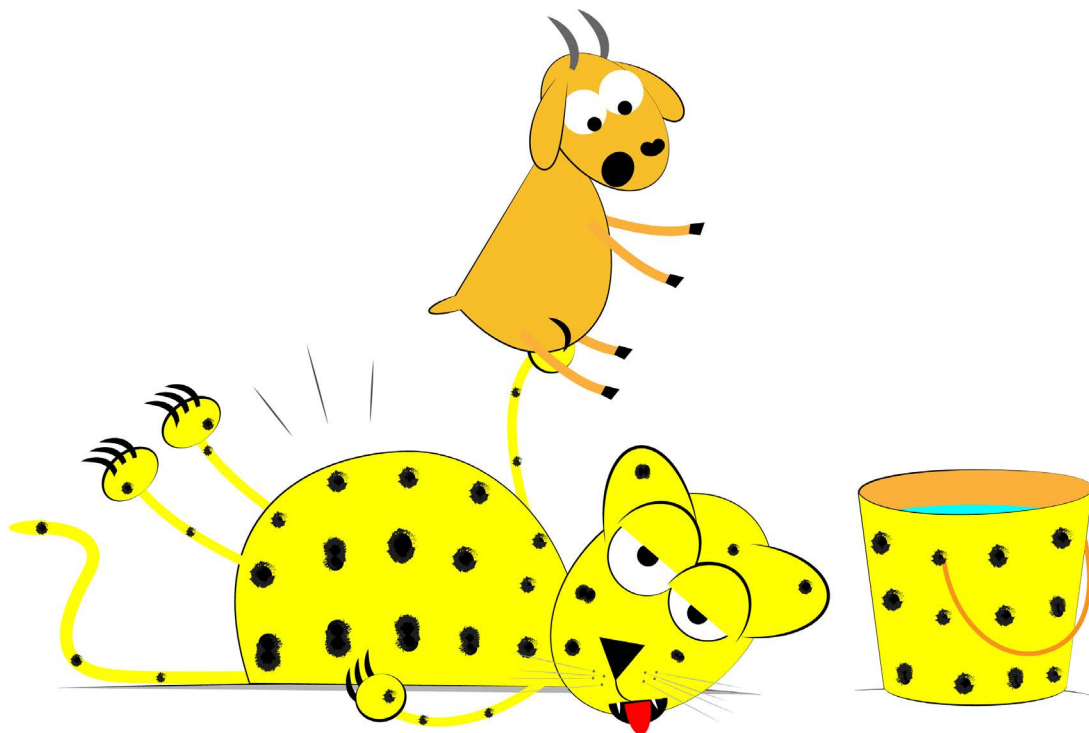
– Como é que tu me deixa lá dentro sozinho, rapaz?! – o valentão não conseguia se conter de raiva. – Eu podia ter morrido!

– Calma, Doquinha! Eu precisava proteger a mulher... – respondi, sereno. – Além disso, confio no seu trabalho! Um homem valente como você, meu velho!

Com o fracasso do apanhador de rinocerontes, decidimos optar por outra tática: montar uma armadilha com frutas e sementes para atrair a paca. Uma técnica simples, que rapidamente surtiu efeito. Logo o animal estava sob controle.

Agora era tarde demais para a nossa reputação de pegadores de bicho. Viramos motivo de piada entre os colegas de trabalho. Hoje podem ir atrás: todo mundo conhece aquela história do veterinário e do valentão que apanharam *pacas*!





Comprimidos de bode

Uma coisa bastante frequente para quem vive a realidade dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) é receber ligações telefônicas estranhas. Geralmente anônimas ou urgentes. Há também uma clássica: o sujeito, na maioria das vezes um fazendeiro, afirma com veemência que apareceu uma “onça louca” em sua propriedade e que o bicho saiu comendo todo o rebanho. Mas esse mesmo sujeito jamais nos conta das inúmeras caçadas que empreende nos fins de semana, quando enche as caçambas das caminhonetes com armas, cachorros, cerveja, e parte para a mata, a fim de abater animais silvestres.

Tempos depois dessas caçadas, sua propriedade fica sem porcos-do-mato, cutias, tatus, pacas... E é aqui que a onça bebe água, ou seja, entra na história: quando ela não encontra seu alimento habitual no ambiente, acaba obrigada a atacar animais domésticos – bodes, ovelhas, bezerros, porcos e até mesmo galinhas.

É nessa hora que o sujeito (o mesmo que abateu toda a comida da onça) liga para os órgãos ambientais:

– Pelo amor de Deus, vocês têm que mandar alguém pegar uma onça aqui, pois ela tá doida, deto-
nando minha criação! Já foram ovelhas, bezerros, bodes... falta só comer a gente!

– Ela comeu tudo isso mesmo?

– Rapaz, só bodes foram vinte!

– E há quanto tempo ela vem atacando o seu rebanho?

– Uma semana!

Impossível, é claro. Mas não podemos ignorar as demandas que nos chegam. Nesse caso, em particular, assustados com o relato, eu e a equipe de triagem partimos para a propriedade do fazendeiro. Aquele era um caso atípico, uma única onça matar tantos animais num espaço tão curto de tempo.

Muito bem. Ao chegarmos no local informado, fomos ao encontro do denunciante. Ele confirmou a morte dos vinte bodes em uma semana. Tomei a frente:

– Me mostre as carcaças...

– Carcaças? Só tem uma.

– Como assim? Onde estão as outras? – perguntei desconfiado.

– Doutor, o senhor não entendeu a gravidade da situação... a onça engoliu os bodes inteiros!

– Inteiros? – objetei. – Bode não é comprimido! Sempre ficam sobras.

Expliquei ao fazendeiro que provavelmente estavam roubando o rebanho dele e pondo a culpa na onça. E minha suspeita foi confirmada: daí a pouco pude comprovar a versão do sumiço dos bodes. A única onça localizada na propriedade estava só o couro e os ossos, no galinheiro do vizinho. O espertalhão estava sumindo com os bodes e pondo na conta da onça...

Difícil foi removê-la dali. Apesar de debilitado, o bicho ainda era capaz de meter muito medo. Um dos colegas de equipe, nascido e criado na cidade grande, nem conseguiu tirar fotos decentes, tamanha a distância que ficou do animal (mesmo com a câmera no zoom máximo).

Percebam: transferir uma onça de um chiqueiro de galinhas para uma caixa de transporte sem dispor de tranquilizante ou zarabatana não é uma tarefa fácil. E não adianta colocar uma tigelinha de leite e estalar os dedos, eu garanto (tentamos isso).

Pior de tudo é que os populares que presenciavam a cena começaram a fazer tumulto. Torciam pela onça:

– No mínimo, arranca as bochechas desse galego! – dizia um. (O “galego” a quem se referia era eu. Outros apostavam em um braço, talvez uma perna ou um olho. O bolão estava formado).

Sob o olhar dos amigos da onça, respirei fundo e pus meu plano em andamento: agarrei a corda que amarrava o pescoço do bicho e puxei com força. Mesmo zangado, ele obedeceu. O outro colega rapidamente fechou a caixa de transporte. Quando abri os olhos, a onça já estava lá dentro.

A torcida do bolão logo mudou de lado:

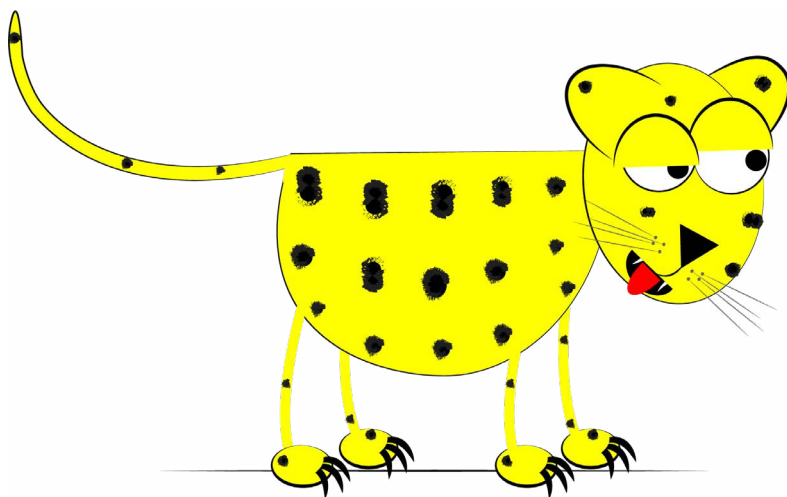
– Muito bem, veterinário da peste!

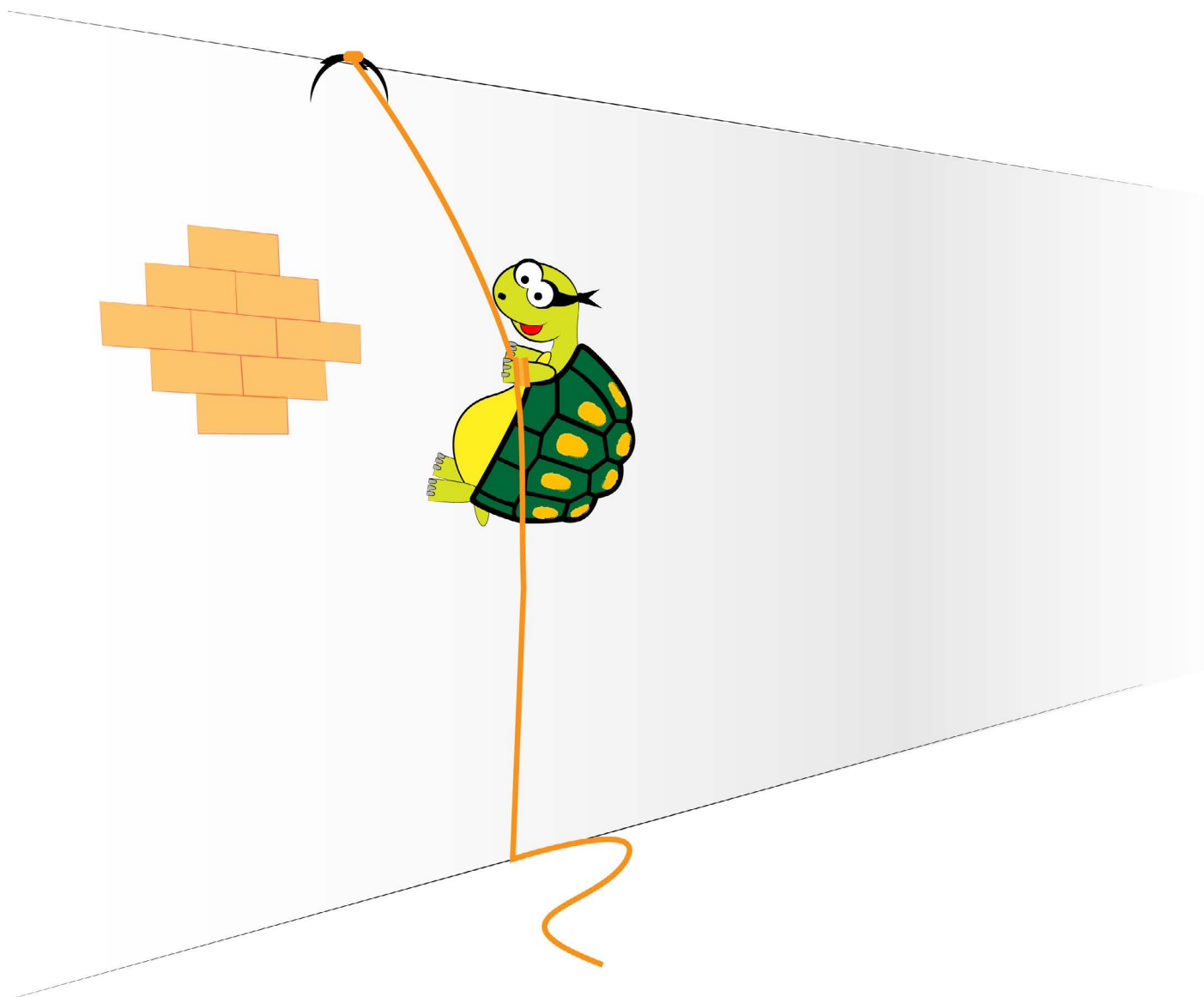
– Cabra macho!

– Não falei? O galego é corajoso!

Nem o colega de equipe perdoou: – Brinque! Esse aí tem curso em Harvard!

Na hora, até imaginei o título do curso: “O veterinário e a utilização do jiu-jitsu na contenção de onças”. Como não sabiam que aquela era a primeira vez que eu ficava frente a frente com uma onça, me levantei triunfante, mantendo a pose. Depois fui correndo atrás do fazendeiro, perguntar onde ficava o banheiro. Antes que ele pudesse apontar, compreendi que era tarde demais.





Bicho danado

Pouca gente sabe que existe a possibilidade de entregar animais silvestres em órgãos ambientais sem sofrer nenhum tipo de penalidade. A legislação brasileira prevê, pelo Decreto nº 6.514/2008 (art. 29, §5º), a chamada “entrega voluntária”. Isto é, as pessoas que mantêm animais silvestres em sua guarda podem, tranquilamente, procurar um órgão ambiental e entregá-los, sem o risco de sofrerem qualquer sanção administrativa ou penal.

Esse dispositivo legal é bastante razoável, pois permite ao indivíduo a possibilidade de correção e conscientização de seu erro, sendo mais um instrumento de estímulo à proteção da fauna silvestre. Do mesmo modo, protege as espécies vítimas de acidentes em estradas ou zonas urbanas, uma vez que ninguém as socorreria se houvesse risco de autuação em caso de entrega do animal ferido.

As espécies procedentes de entregas voluntárias, ao serem apresentadas junto ao órgão ambiental, são conduzidas aos Centros de Triagens (Cetas) para que veterinários e biólogos avaliem a condição física e promovam a reabilitação e soltura dos animais. Entretanto, o desconhecimento do instituto da entrega voluntária leva os “amantes dos bichinhos” a situações nada menos que absurdas, como a que segue.

Certo dia uma senhora telefonou para o Cetas solicitando com urgência a presença de uma equipe do Ibama em sua casa (por sinal, localizada em zona nobre da cidade). Fomos até o endereço informado. A bem dizer, não foi difícil encontrar o lugar: a casa tinha um muro de mais ou menos três metros de altura, cheio de plantas. Contava ainda com cerca elétrica, circuito interno de vigilância e portão eletrônico. Um casarão de encher os olhos.

Assim que tocamos o interfone, a mulher surgiu na garagem:

– Ainda bem que vocês chegaram! Uns bichos danados acabaram de invadir o meu quintal! Não sei mais o que fazer.

Caminhamos até a viatura e pegamos algumas caixas, puçás e armadilhas. Na sequência, eu e a equipe de triagem entramos na casa. Era, com certeza, uma mansão: jardim artificial, garagem para seis carros, piso em porcelanato, *deck* molhado, piscina... Mas onde estavam as feras? Fiquei me perguntando que animal teria sido capaz de subir aquele muro e vencer a fiação da cerca elétrica. Procurei entre os carros estacionados e os arbustos decorativos, mas não consegui ver nada. Eis que a distinta senhora, apontando para as minhas canelas, deixa escapar um grito agudo:

– Aí! Eles estão aí!

Olhei para o chão: quatro jabutis se arrastavam preguiçosamente entre os meus pés. Um deles mastigava um pedaço de alface.

– Um momento – falei. – A senhora está tentando me convencer de que esses jabutis pularam o muro de sua casa? E a cerca elétrica? Só pode ser brincadeira. Me mostre as câmeras de vigilância, por favor. Preciso ver essa façanha.

A mulher desviou os olhos, envergonhada. Começou a inventar uma porção de desculpas.

Recolhi o Raphael, o Donatello, o Michelangelo e o Leonardo, as tartarugas ninjas, e levei para o Ibama. Antes, é claro, expliquei à mulher que quem entrega animais de forma voluntária não sofre sanções administrativas ou penais. E aproveitei para tirar onda da situação:

– Na verdade, minha senhora, esse é o primeiro relato mundial de jabutis escalando muros. Estou orgulhoso em poder participar dessa missão.

Na oportunidade, a mulher confessou: havia comprado os bichinhos para “curar” a asma de sua mãe, uma fumante de oitenta e seis anos (que totalizava, além de um enfisema pulmonar, 10% de capacidade respiratória).

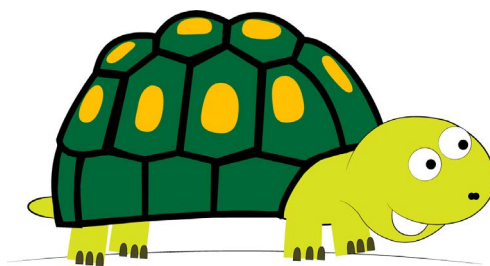
– Mamãe consome cerca de quatro maços de cigarro por dia. Anda tossindo muito. Ouvi dizer que os jabutis curam asmáticos... – a mulher confessou.

Que dia especial. Além de alpinistas, fui apresentado a jabutis otorrinos.

Ao fim e ao cabo, quando os animais foram levados ao Cetas, exames clínicos identificaram que alguns deles apresentavam má nutrição e lesões nas patas e nos órgãos sexuais (provavelmente em função do piso da casa, inapropriado para a caminhada dos jabutis).

E é isso que em geral acontece. Por vezes, o desconhecimento da legislação ambiental obriga o indivíduo a mentir ou omitir informações aos agentes fiscais e aos órgãos ambientais. A desinformação e a ignorância também são armas perigosas que levam ao cometimento de infrações. Parece ficção (às vezes, eu gostaria que fosse).

Quem é o bicho danado nessa história?





Maus-tratos

(...) no comércio ilegal, os animais continuam sendo transportados confinados em pouco espaço, sem água e alimento, presos em caixas superlotadas, onde se estressam, brigam, se mutilam e se matam. Além da ingestão de bebidas alcoólicas, muitas vezes os animais são submetidos a práticas cruéis que visam a amortecer suas reações e fazê-los parecer mais mansos ao comprador e chamar menos atenção da fiscalização. É comum dopar animais com calmantes, furar ou cegar os olhos das aves, amarrar asas, arrancar dentes e garras, quebrar o osso esterno das aves, entre muitas outras técnicas cruéis... (JUPIARA; ANDERSON, 1991 *apud* RENCITAS¹, 2001, p. 15).

Ao ler pela primeira vez o trecho em destaque, extraído do 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre (RENCITAS, 2001), não consegui acreditar que alguém pudesse ser capaz de tamanha crueldade contra um animal. Mas assim que comecei a trabalhar no Ibama essa realidade passou a se apresentar com cada vez mais frequência para mim.

Não por menos: quase todos os dias os funcionários dos Cetas recebem caixas, mochilas, malas e os mais variados objetos apreendidos pela fiscalização, utilizados pelos traficantes para o transporte de animais. Os bichinhos, quando colocados em um mesmo compartimento, em geral acabam pisoteando uns aos outros. Os tais compartimentos se transformam em verdadeiros “liquidificadores”, onde a maioria dos animais é recolhida já sem vida. Outras vezes, embalados um a um em pedaços de papel (canutos), seguem dispostos em camadas, como se fossem bombons. O efeito é igualmente cruel: os bichos que ficam nas camadas inferiores quase sempre morrem asfixiados por causa da compressão aplicada pelos de cima. Muito triste, não?

Além das condições absurdas de transporte, durante a viagem esses animais permanecem privados de água e alimento. As poucas espécies sobreviventes são comercializadas pela internet ou em feiras urbanas, até caírem nas mãos de atravessadores e de pessoas que se dizem “amantes de animais”. Tudo “em nome do amor”.

Na prática, a dinâmica do tráfico funciona assim: graças ao dinheiro ganho com a venda dos espécimes sobreviventes, o traficante retorna às florestas a fim de capturar mais animais. A ação se repete inúmeras vezes, até que o último deles seja apanhado e vendido. Esse processo põe em risco tanto as espécies, ameaçadas de extinção, como o próprio equilíbrio ecológico, ao desestruturar o ciclo natural da cadeia alimentar.

Certa vez, a fiscalização do Ibama no Piauí recebeu uma denúncia atípica: alguém estava vindo do interior para a capital com uma caixa cheia de pássaros, dentro de um ônibus comercial. E o que tornava a denúncia incomum? O sujeito carregava as caixas no próprio colo. Sua ousadia era impressionante: por se tratar de uma autoridade local, achou que poderia transitar sem contratempos com o fruto de seu crime. Na caixa foram contabilizados cento e vinte passarinhos embrulhados em canutos. Ao retirá-los, constatamos que apenas dois estavam vivos – ou seja, mais de cem passarinhos morreram para que dois fossem eventualmente vendidos aos “amantes” de animais. Entendam: esses “amantes”, na verdade, foram cúmplices na morte dos pássaros sufocados ao longo da viagem.

A barbárie do tráfico não tem limites. Os animais são tratados como meros objetos, mercadorias. Nas palestras, ao mostrarmos todos os horrores sofridos por eles nesse processo, muitos “amantes” tentam se defender alegando que “não têm nada a ver com aquilo”, afinal, “cuidam muito bem dos bichos que adquirem”.

1. 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre (RENCITAS, 2001). Disponível em: http://www.rencitas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL_RENCITAS_pt_final.pdf

Mas será que essa defesa procede? Pensem bem: alguém capturaria, transportaria e levaria animais silvestres para feiras urbanas se não houvesse compradores? É claro que não. É a lei básica de mercado. Os consumidores que movimentam o comércio do tráfico, por conseguinte, são tão responsáveis pelo crime quanto os traficantes, que praticam tais atrocidades.

– Doutor, mas esse papagaio gosta muito de mim! Vocês podem até tentar soltá-lo, que ele não vai voar. É apegado! – certa vez ouvi isso de um senhor, durante uma fiscalização de rotina.

Quando fizemos uma análise clínica do animal, verificamos que ele havia sido mutilado. Uma parte da estrutura óssea e muscular da asa do papagaio havia sido cortada. O infrator tinha confundido a limitação do animal mutilado com uma expressão de afeto.

Sobre o tema, o rei do baião, Luiz Gonzaga, em parceria com o compositor Humberto Teixeira, imortalizou em seus versos outra dessas crueldades. Vocês já ouviram a música *Assum-Preto*? Vejamos um trecho:

*Tudo em vorta é só beleza
Sol de Abril e a mata em frô
Mas assum-preto, cego dos óio
Num vendo a luz, ai, canta de dor*

*Tarvez por ignorança
Ou maldade das pió
Furaro os óio do assum-preto
Pra ele assim, ai, cantá mió
(...)*

*Assum-preto, o meu cantar
É tão triste como o teu
Também roubaro o meu amor
Que era a luz, ai, dos óio meu
(...)*

Quando me deparei pela primeira vez com um jovem chico-preto, cego por catarata, não me lembrei da música. Decidi levá-lo a diversos especialistas e nenhum soube explicar como um animal tão jovem podia ter adquirido aquela doença, típica de bichos mais velhos. Mas um dia, frente a frente com um traficante, ele me confidenciou:

– As pessoas acreditam que o chico-preto cego canta melhor. Então, a gente coloca o passarinho dia e noite na frente de uma lâmpada bem forte, até queimar os olhos dele. Fica mais fácil vender pra quem gosta.

Em uma sala do Cetas do Ibama no Piauí temos onze sabiás cegos que foram apreendidos pela fiscalização. Considerando que essa quantidade é apenas uma pequena amostra do que é capturado, transportado e vendido, pergunta-se: quantos animais cegos não existem nos lares brasileiros? Quem é o responsável por isso tudo? Só o traficante? Ou o traficante e o comprador?

A Grande Mentira

A Grande Mentira deve ser escancarada. Como seres conscientes de nossas ações e escolhas, precisamos enxergar as perversidades associadas a esse tipo de conduta, no sentido de repudiá-las e combatê-las. Talvez assim, de uma vez por todas, os animais possam permanecer livres da cegueira moral dos homens.





O filho amado

Dia desses, Terêncio, um valentão pingüço, metido a trambiqueiro, resolveu transformar a cidade onde morava em um verdadeiro faroeste. Sem mais nem menos, sacou seu revólver calibre .38 e começou a mandar bala para todo lado. O tiroteio corria à solta, e ninguém entendia muito bem as razões que o levavam a fazer aquilo. Tudo o que sabiam era que o sujeito havia passado a tarde enchendo a cara na Bodega da Chica Molenga.

No dia seguinte, depois que a ressaca passou, Terêncio descobriu que alguém tinha dado com a língua nos dentes acerca dos seus disparos irresponsáveis. Não deu outra: o juiz da cidade agora queria saber se Terêncio tinha autorização para portar arma. Além disso, o valentão deveria explicar os motivos do tiroteio em plena via pública. Ou seja, Terêncio estava lascado. O malandro não tinha nenhum porte de arma, muito menos autorização de posse. Tinha, sim, uma legítima cara de pau. E um bafo de cachaça sem fim:

– Doutor, o senhor me desculpe, mas eu só estava tentando proteger meu povo! – Terêncio balbuciou na presença do juiz, tentando justificar o *bang-bang*.

– Proteger de quê?

– É que um macaco varrido surgiu aqui por essas bandas querendo morder todo mundo. Inclusive, graças à minha coragem, capturei o bicho. Ele tá lá em casa, acorrentado – Terêncio disse com um sorriso amarelo na cara.

O juiz, um homenzinho atarracado e bigodudo, com um par de lentes grossas enfiadas na cara, não quis saber de desculpas:

– O senhor por algum acaso não sabe que atirar em animal silvestre é crime? Não sabe também que é proibido portar arma sem autorização? Onde já se viu? Além de disparar em via pública, colocando a vida das pessoas em risco, ainda mantém o animal silvestre em cativeiro! O senhor só pode estar bêbado...

Terêncio engoliu em seco a observação. É verdade, tinha tomado umas. Mas havia teimado com a história do macaco.

Assim que fomos notificados, eu e a equipe de fiscalização do Ibama partimos com um mandado de busca e apreensão rumo à casa do pistoleiro. A ordem do juiz de direito era clara: recolher o macaco e autuar o valentão.

Chegando à porta do rancho onde Terêncio curava a ressaca, demos de cara com o sujeito armado até os dentes: chapéu de couro na moleira, uma peixeira na cintura e espingarda na mão. Quando viu a viatura do Ibama se aproximando, gritou de longe:

– Ou mato ou morro!

O cangaceiro estava pronto para a guerra. Pelo menos era o que parecia. Mas ao perceber que não tinha a menor chance de escapar, não vacilou: correu em disparada mata adentro. De repente, no meio da confusão, apareceu uma velhinha zangada, com um pano enrolado na cabeça. Ela berrava para os fiscais, enfurecida:

– Saiam daqui! Ninguém vai levar o meu filho amado!

– Calma, senhora, fique sossegada – eu me antecipei, balançando as mãos. – O mandado de busca e apreensão não é para o seu filho Terêncio. Viemos apenas pegar o macaco.

– Terêncio? E quem falou em Terêncio? Aquele imprestável que se lasque! Mas o Mané, meu macaquinho amado, esse ninguém me tira! – bradou a senhora.

– Por favor, mantenha a calma – insisti.

– Mané é meu filho adotivo! Não vou deixar vocês levarem ele pra lugar nenhum. Saiam daqui!

A senhora mantinha-se firme. Não deixou nem sequer lermos o mandado de busca. Estava irredutível, tentando expulsar a equipe.

Diante do impasse, resolvemos pedir apoio às autoridades locais. Com ajuda do delegado e do oficial de justiça imaginamos que seria mais fácil convencê-la, afinal, eles pertenciam à região, e poderiam explicar com mais detalhes a gravidade da situação. Não havia outro jeito.

O delegado foi curto e grosso:

– Dona Marieta, o negócio é o seguinte: ou desce o Mané sozinho... ou desce o Mané, a senhora, eu, o oficial aqui do lado e o Ibama inteirinho. A ordem é do juiz!

A explicação surtiu efeito. Dona Marieta já não se mostrava mais tão maternal. Ficou receosa com a fala do delegado. Por um momento pareceu até arrependida. Sem mais argumentos, liberou nossa entrada.

Dentro da residência, fomos conduzidos ao quintal. Lá estava Mané, seu filho amado, preso a um cajueiro por uma corrente de mais ou menos um metro, e exposto a um sol de rachar (era por volta do meio-dia). Fiquei assombrado com aquelas condições.

– Minha senhora, me diga uma coisa... onde é que o macaco dorme? – perguntei.

– Bem aí, nesse galho de cajueiro – Dona Marieta apontou.

– E quando chove? Onde ele fica?

– Aí mesmo – tornou a dizer.

– Que mal lhe pergunte... Há quanto tempo ele está aí?

– Uns três anos – ela respondeu, dando de ombros.

Nessa hora não me contive. Olhei para o delegado, para os fiscais e para o oficial de justiça. Em seguida, devolvi o olhar para Dona Marieta:

– Esse é o seu filho amado? Pois Deus me livre de ser filho da senhora! – respondi de súbito.

A gaitada foi geral. O delegado quase se engasgou.

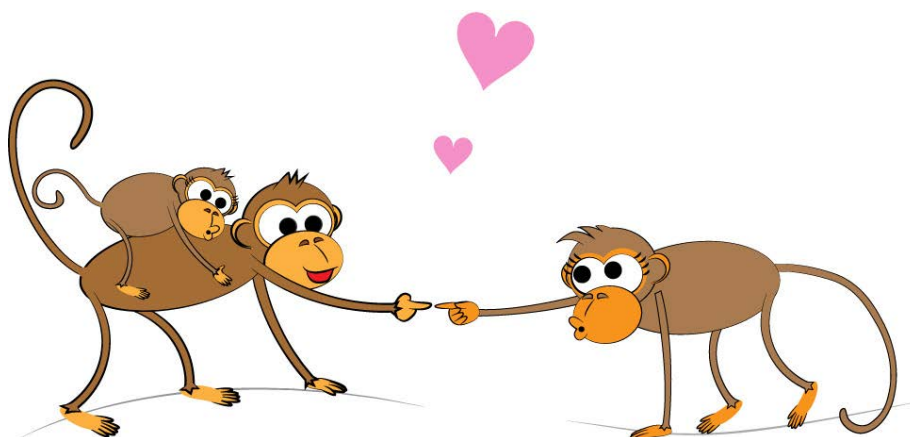
A Grande Mentira foi tão forte na vida de Dona Marieta que ela realmente acreditava “amar” o Mané, apesar de mantê-lo acorrentado debaixo de sol e chuva. Quanto a Terêncio, o filho mal-amado, naquele mesmo dia foi encontrado escondido na Bodega da Chica Molenga, seu domicílio habitual. Recebeu uma multa de cinco mil reais.

Ah! Ia me esquecendo de dizer: naquela época, todas as caminhonetes do Ibama estavam sendo utilizadas em outras operações. Por isso, nós, agentes do Cetas, dirigíamos uma pequena perua. E foi aí que a coisa fedeu: o macaco estava há três anos sem tomar banho. Tivemos de viajar cerca de trezentos quilômetros até a capital com o pequeno primata no banco de trás. Até tentamos baixar os vidros, mas não adiantou grande coisa. Enquanto isso, Mané apenas fazia caretas e sorria. Parecia compreender a situação e se divertir com o nosso sofrimento.

Ao chegarmos ao Cetas, o macaco passou por um exame clínico, que constatou feridas e marcas de cicatrizes em sua barriga. Isso porque a corrente na qual ele estava amarrado apertava seu abdômen, limitando os movimentos e provocando lesões. Uma realidade bastante comum entre animais silvestres mantidos em cativeiro.

Depois de um longo tratamento, Mané finalmente foi incorporado a um grupo de macacos que man-
tínhamos em um viveiro de treinamento pré-soltura. Ao ver pela primeira vez uma fêmea, Mané se desesperou: caiu de amores pela macaquinha. Os dois não se largavam um só instante.

Foi a partir daí que Mané pôde ser reabilitado para viver em liberdade, junto de outros animais, numa área de floresta conservada. O “filho amado” agora tinha a oportunidade de conhecer o seu verdadeiro lar: sem cajueiro, sem correntes, sem tiroteio.





O papagaio da novela

– E o papagaio da novela? Por que vocês do Ibama não multam os canais de televisão? – são perguntas que costumamos ouvir nas nossas palestras.

Sim, depois de passar horas explicando que retirar animais silvestres das florestas e aprisioná-los é crime, vem o papagaio da TV e nos dá uma “rasteira”. Mas existe uma explicação legal para isso. “Legal” na lei, porque, na prática, o bichinho continua privado do convívio com a natureza.

Vamos lá. Vocês já repararam que as aves silvestres dos programas de TV levam anéis metálicos em uma de suas patas? Pois é. Aqueles anéis de aço são as chamadas “anilhas”, que em geral são colocadas nos primeiros dias que sucedem o nascimento dos filhotes. Em cada anel existe um número gravado, uma espécie de RG, que identifica o animal (esse mesmo número consta em sua nota fiscal de compra e venda). A anilha, portanto, indica a origem da ave e em qual criadouro comercial ela foi adquirida. Por meio dela, é possível acompanhar o ciclo de vida do animal e comprovar que ele não foi diretamente removido das florestas.

Embora o Código de Fauna estabeleça que os animais silvestres, seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são de propriedade do Estado, ainda assim é possível criá-los e vendê-los em condições de legalidade. Isso porque a lei reservou a possibilidade de construção de criadouros comerciais para fins econômicos e industriais, desde que registrados junto ao órgão ambiental competente. A legislação brasileira previu, ainda, outras categorias de uso e manejo da fauna silvestre passíveis de autorização, tais como: centro de triagem de fauna silvestre; centro de reabilitação da fauna silvestre nativa; comerciante de animais vivos da fauna silvestre; comerciante de partes, produtos e subprodutos da fauna silvestre; criadouro científico para fins de conservação; criadouro científico para fins de pesquisa; jardim zoológico; mantenedor de fauna silvestre; matadouro; abatedouro e frigorífico.

Esses estabelecimentos são obrigados a cumprir uma série de normas: apresentação de projetos arquitetônicos para os recintos, identificação individual dos animais, contratação de responsáveis técnicos para realização do manejo adequado das espécies, entre outras. A ideia de todas essas exigências é proporcionar o bem-estar e a sanidade dos animais, evitando também a disseminação de zoonoses.

Portanto, com a autorização dos criadouros comerciais, os legisladores deram uma alternativa para as pessoas que desejam adquirir animais silvestres com certificação de origem legal. Ressalte-se que esses estabelecimentos também fornecem carne, penas, peles e outros produtos utilizados na indústria e no comércio para outros fins (a exemplo da confecção de calçados e roupas com peles de jacarés).

No Brasil, existe outro fato relevante em relação à criação de animais silvestres em cativeiro: os chamados criadores amadores. São intitulados amadores porque criam passarinhos em gaiolas (passarinhos da ordem “passeriformes silvestres da fauna brasileira”, como canários-da-terra, galos-de-campina, curiós, bicudos, azulões etc.). Os criadores amadores também têm registro junto ao órgão ambiental competente (atualmente, em um sistema denominado Sispass). Para tornar-se um criador amador, o interessado se cadastra junto a esses órgãos e obtém uma licença. Depois da emissão dessa licença, é possível proceder à aquisição de animais provenientes de criadouros comerciais registrados ou de outro criador amador. Mas jamais poderá capturar ou adquirir animais oriundos diretamente de nossas florestas.

Mesmo havendo essa exceção legal, nós, enquanto ambientalistas, entendemos que a ressalva não é a mais adequada. Afinal de contas, você acha que um animal silvestre ficaria feliz em nossas casas pelo simples fato de ter nascido em cativeiro e possuir uma nota fiscal ou um anel metálico em sua pata? É claro que não. Independente da origem do animal (criadouros comerciais ou florestas), há instintos primitivos que sempre o levam a preferir o ambiente natural. Livres, os animais podem voar, selecionar seus próprios alimentos, visitar riachos, lagos e rios. Podem, inclusive, escolher suas parceiras e com elas gerar filhotes, ao passo que em nossas casas, engaiolados ou acorrentados, os bichos servem apenas como objetos decorativos, sem a possibilidade de desfrutarem da liberdade que a natureza lhes proporciona.

O papagaio da novela é um ator sem papel, sem roteiro e sem falas. Isto é, um mau figurante. Na natureza, em contraste, ele pode ser protagonista de sua própria vida. Basta deixá-lo livre. Dá no pé, louro!



O livro *A grande mentira* narra a história do personagem Tucanense, criança do interior do nordeste brasileiro que, desde muito cedo, é iniciada na caça e no contexto do tráfico de animais silvestres. Ao longo de sua trajetória, no entanto, o protagonista terá a oportunidade de realizar uma série de descobertas, entre as quais, a tomada de consciência quanto à importância de se cuidar do meio ambiente.

O título “A grande mentira”, por sua vez, remete à ideia enganosa de se aprisionar animais silvestres “em nome do amor”. Esse hábito, ostensivamente replicado entre as pessoas, reforça a cultura da gaiola e contribui para a ocorrência de inúmeros desequilíbrios ecológicos, representando uma efetiva e concreta ameaça à extinção das espécies.

Com este livro, espera-se despertar no leitor reflexões que colaborem para mudanças positivas no trato com os animais silvestres. Além disso, o material tem como propósito ser mais um veículo de formação e difusão de conhecimento, de modo a se promover o debate para as questões ambientais e a construção de uma relação de respeito e bem-estar do homem com a natureza.

